

ARQUIVO RIO CLARO

1

2003

...compto e Serviço com
...de Nouta deins. E po
...curiosos e curioza
...Noua apiguardo po
...ndo pela Comarca
...Contracto, pelo
...Secretario e Testem
...Penymin de Brango
...ho de Brango de Brango
...o d. Branda Com
...de Branda Com
...Rio Claro 11 de Maio de 18
...Jo. Alves de Souza
...Vicente de Souza
...Augusto de Souza
...Carlos Eulio de Souza
...apiguardo como
...Rio Claro
...de Souza
...Secretario da
...de Souza
...Eduardo. Ricardo. Tor

ARQUIVO RIO CLARO

ARQUIVO RIO CLARO
Revista do Arquivo do Município de Rio Claro - n. 1 - pp. 1-84 - 2003

Prefeitura Municipal de Rio Claro
Cláudio Antonio de Mauro
Prefeito Municipal

Arquivo do Município de Rio Claro
Oscar de Arruda Penteado
Patrono
Maria Therezinha Duckur Mamprin
Superintendente

Conselho Superior
Humberto Antonio Epiphânio
Jaime Leitão
João Martins Rodrigues Neto
Lucila de Oliveira Maciel (Presidente)
Miguel Cezar Sanchez
Oswaldo Aulino da Silva
Rosângela Doin de Almeida
Ruy Pignataro Fina
Theodoro Koelle (Vice-presidente)

Comissão Editorial
Ana Maria Penha Mena Pagnocca
Lucila de Oliveira Maciel
Maria Therezinha Duckur Mamprin

ARQUIVO RIO CLARO: revista do Arquivo do Município de Rio Claro.
N. 1, 2003 - Rio Claro (SP): Arquivo do Município de Rio Claro, 2003.
84 p.; 21 cm.

Publicação anual
ISSN 0102-9452

1. Arquivologia - Periódicos. 2. Arquivo do Município - Rio Claro - São Paulo (Estado). I. Título.

Arquivo do Município de Rio Claro
Avenida Três, 568 Centro
13500-391 Rio Claro (SP)
Telefone/Fax (19) 3534-4118
www.arquivo.guiarioclaro.com.br
arquivomunicipal@claretianas.com.br

SUMÁRIO

EDITORIAL

Um longo percurso 7
Maria Therezinha Duckur Mamprin

TEORIA & PRÁTICA

Sobre o valor histórico dos documentos 11
Ana Maria de Almeida Camargo
Biblioteca de apoio em arquivos 18
Heloísa Liberalli Bellotto
Asociaciones archivísticas: proyectos para el siglo XXI 37
Manuel Vázquez

DOCUMENTO & HISTÓRIA

Um inédito de Navarro de Andrade 59
Augusto Jerônimo Martini

NOTAS & INFORMAÇÕES

Agenda Rio-Clarense: um projeto que deu certo 69
Arquivo, edição comemorativa do aniversário de Rio Claro 70
Conservação preventiva 71
Exposição 71
Fapesp e Arquivo 72
Um espaço para lançamento de livros 72
Projeto O Alpha 76
Projeto "Novos Olhares" 76
Atendimento ao público 77

ANEXO

Matéria arquivística no boletim (1982-1993) 81

EDITORIAL

UM LONGO PERCURSO

Maria Therezinha Duckur Mamprin

Enquanto circulou, de 1982 a 1993, o boletim *Arquivo Rio Claro* teve importante papel no cenário arquivístico brasileiro. E não apenas por ter mantido uma periodicidade regular, proeza até hoje alcançada por poucos. Seu mérito foi o de publicar matérias de caráter científico e técnico que em muito contribuíram para o aperfeiçoamento dos profissionais da área. Escritos por renomados estudiosos brasileiros e estrangeiros, alguns dos artigos aparecidos no boletim transformaram-se em referência obrigatória em nossa literatura arquivística.

Ao retomar a publicação de *Arquivo Rio Claro* – não mais como boletim, feito artesanalmente com os recursos da época, mas como revista –, procuramos manter a estrutura que o caracterizava.

Em primeiro lugar, vem a seção “Teoria & Prática”, destinada a abrigar artigos que permitam uma reflexão crítica e original sobre os problemas da área, em suas diferentes dimensões: política, metodológica, técnica. Nesse número inaugural temos a satisfação de contar com textos de Ana Maria de Almeida Camargo, diretora do Arquivo do Município de Rio Claro em sua primeira fase (1980-1990), em abordagem instigante sobre tema sempre polêmico – a avaliação; de Heloísa Liberalli Bellotto, que em muito colaborou para que *Arquivo Rio Claro* se tornasse, na década de 1980, uma fonte de consulta obrigatória, desta feita tratando do perfil das bibliotecas quando integradas a instituições arquivísticas; e de Manuel Vázquez, o mestre argentino cujas idéias têm sido objeto de tantas discussões fecundas entre nós.

A seção “Documento & História” tem por finalidade a divulgação de documentos de interesse para o conhecimento do passado regional,

qualquer que seja a instituição responsável por sua custódia. Ainda que possa chamar a atenção para séries pouco exploradas do acervo do Arquivo do Município de Rio Claro, revelando seu potencial informativo, pretende indicar a presença de fontes históricas sobre o município em entidades públicas e privadas dos mais diversos tipos. Nesse número a revista transcreve, com apresentação e comentários de Augusto Jerônimo Martini, um artigo inédito de Navarro de Andrade, datado de 1926, cujo original se encontra em coleção particular.

Nas "Notas & Informações", finalmente, a revista arrola as atividades desenvolvidas pela instituição ao longo do ano anterior, prestando conta dos projetos realizados ou em andamento. É a maneira de dar a conhecer, a um público amplo, as rotinas de trabalho e os serviços que o Arquivo presta à municipalidade.

A necessidade de caracterizar o lastro formado pelo boletim determinou o registro, em "Anexo", do conteúdo de cada um dos números editados. Como os exemplares originais estão esgotados, vale a pena conferir, no final da revista, a relação cronológica da matéria arquivística nele publicada.

Às vésperas de completar 25 anos de existência (sua lei de criação é de outubro de 1979), o Arquivo retoma, em novas bases, o projeto editorial que lhe deu sustentação nos primeiros tempos. E o faz com a certeza de que o caminho percorrido até aqui, com as dificuldades enfrentadas e os sucessos alcançados, pode servir de referência para organizações que, como a nossa, estão empenhadas no aprimoramento da área arquivística brasileira.

SOBRE O VALOR HISTÓRICO DOS DOCUMENTOS

Ana Maria de Almeida Camargo

Na literatura arquivística, *permanentes* e *históricos* são atributos que se aplicam, quase que indistintamente, a documentos cujo interesse para a posteridade, e portanto para a pesquisa retrospectiva, recomenda guarda prolongada. Como determinar esse interesse?

Antes de mais nada, é preciso lembrar que o documento de arquivo tem como traço característico o fato de ser produzido de forma natural e rotineira, por imperativos de ordem prática, sem qualquer intenção de se transformar em fonte para a história. No âmbito do funcionamento de uma instituição, com efeito, não resulta de um gesto especial de atribuição de sentido, como ocorre com os documentos de museu; ao contrário, tem caráter evidencial congênito, isto é, nasce para servir de instrumento ou prova de determinadas ações e é alheio a um eventual uso secundário que dele se possa fazer. Esse caráter instrumental faz-se acompanhar de outros traços marcantes.

Um deles é a extrema proximidade que mantém com a ação de que se originou, a ponto de pretender substituí-la, de funcionar como seu equivalente, de representá-la. Vale a pena apreciar mais a fundo esse postulado. O documento de arquivo é a exteriorização de uma ação que se faz e refaz por efeito da força probatória que lhe é peculiar. E essa força depende, em larga medida, de dispositivos que acentuam sua capacidade de remissão direta à realidade, a ponto de formar com ela uma aliança indissociável. O documento é a *corporificação do fato* (Duranti, 1994), dizem uns; o documento, afinal, é o próprio fato¹, dizem outros. Não se trata de um jogo de palavras, mas da qualidade reflexiva dos arquivos. O "processo" é, nesse sentido, exemplar: ao mesmo tempo em que significa o conjunto de atos que devem ser executados, em ordem preestabelecida, para que se investigue e se solucione pretensão submetida à tutela jurídica, designa também, por extensão, os autos, isto é, as peças documentais em que se

materializam os atos que dão cumprimento ao processo (Silva, 1980, p. 1226-1227). Continente e conteúdo, forma e substância, embora distintos, acabam se confundindo.

Para realizar sua vocação probatória, e eis aqui outro fator que os distingue, os documentos de arquivo aspiram à monossímia e à estabilidade de sentido. Daí a economia que preside a feitura de espécies e tipos documentais: o apego a convenções dotadas de grande força ilocucionária, o recurso a fórmulas redutoras de ambigüidade, a explicitação das circunstâncias em que foram produzidos. Pode-se mesmo afirmar que os documentos de arquivo promovem, via de regra, o entendimento literal de seu conteúdo, até quando adotam formas discursivas ou discricionárias.

Nessa caracterização sumária cumpre ainda mencionar que os documentos de arquivo não são entidades discretas, que têm vida independente e autônoma; são, ao contrário, partes de um conjunto cujos elementos mantêm relação orgânica entre si. Maior que a soma das partes que o integram, esse organismo é que lhes empresta autenticidade. Por isso se pode dizer que os documentos carregam consigo, obrigatoriamente, a cunha da instituição que os produziu. Nenhum deles, com efeito, pode ser compreendido ou interpretado sem que se conheçam as razões por que foi produzido ou as condições de que se originou. E a resposta a tais questões encontra-se fora do conteúdo específico dos documentos, num patamar em que predominam informações não-verbais: na disposição dos documentos no âmbito de um processo, nos demais documentos da mesma série, no conjunto dos documentos de um arquivo.³ O estatuto probatório dos documentos de arquivo depende, portanto, de sua natureza contextual, que deve ser preservada a todo custo sob pena de fazê-los perder a capacidade de refletir a instituição de origem.

Fica mais ou menos óbvia, a partir das ponderações feitas, a importância dos arquivos para a reconstituição das realidades do passado. E essa importância é tanto maior quanto mais amplo, profundo e duradouro é o grau de intervenção da instituição no âmbito da sociedade (como ocorre com as Câmaras Municipais, as Prefeituras, os

Tribunais de Justiça etc.), fazendo com que o arquivo seja capaz de espelhar não apenas o modo como funcionou, mas também, por extensão, as realidades com as quais, de um modo ou de outro, se envolveu.

Ao lidar com fatos de singularidade irreduzível, o historiador enfrenta sérios problemas de validação de seus enunciados, razão por que necessita de rigoroso *controle dos vestígios materiais e dos testemunhos* (Granger, 1994, p. 97). Afinal, como todos sabem, não se faz história sem documentos, e são os documentos de arquivo que, *por sua íntima relação com os fatos*⁴, proporcionam informação segura sobre eles. Mas por mais que ofereçam, por seus aspectos formais e de contexto, a *segurança de interpretação* de que nos fala Didier (1990, p. 171), os documentos de arquivo são objeto, como os demais documentos, do esforço de ultrapassagem a que os submete o historiador. Convém entender melhor essa condição.

Antes de mais nada, admite-se hoje que a história, apesar de seu compromisso fundador com a verdade, consiste em *processos de semiose (produção de sentido) e interpretação (hermenêutica)*, conforme sintetiza Cardoso (1996). A objetividade seria, nessa medida, a relação possível entre as hipóteses levantadas pelo historiador e seu objeto de estudo, o que desloca para a coerência interna do discurso (Appleby et al., 1994, p. 260-261), mais do que para sua adequação a uma realidade externa passível de ser comprovada, a validade das afirmações a respeito do passado. A pretensão de identificar e explicar o que aconteceu continua a ser, no entanto, uma espécie de horizonte comum dos pesquisadores do passado, acadêmicos ou não. Em outras palavras: aceitar que o conhecimento histórico é *poiesis* e precisa ser entendido sempre como construção, isto é, como superação de evidências, não faz com que os documentos de arquivo percam, entretanto, a qualidade especular que os distingue dos demais e que permite reconhecer o acontecimento ou a ação de que são correlatos.

Ao se pretender reduzir a massa documental acumulada por uma instituição, convém levar em consideração, à luz do exposto, alguns

pontos importantes.

Não é possível separar o que é histórico do que não é histórico no âmbito de um conjunto arquivístico. Fatos ou documentos adquirem esse *status* a partir de um gesto de interpretação. Já se disse que o documento é reapresentação de algo que teria plena existência antes dele e sem ele; seria, portanto, *uma espécie de meio neutro, sem propriedades ativas, que não interferiria em absoluto no caráter do que prova ou testemunha* (Lima, 1986, p. 197). Não se deve esquecer, além disso, a natureza dinâmica da ciência histórica, que coloca sem cessar novos objetos (vale dizer, novos fatos e novos documentos) diante do pesquisador. A procura de “reservas de sentido” nos documentos de arquivo pode ser um belo exercício de imaginação ou de futurologia, mas não tem nenhum cabimento no processo de avaliação, sobretudo de material cuja propriedade de autocontextualização é notória.

Se os documentos de arquivo são desprovidos de autonomia, isto é, retiram sua autenticidade das relações que mantêm com as demais unidades que integram o conjunto, dentro do princípio de consignação⁵ que o rege, qualquer intervenção no sentido de romper seu equilíbrio originário acaba por “implodir” o próprio arquivo. Tal postulado tem dois desdobramentos importantes.

Ao promover o “enxugamento” da documentação, com vistas a torná-la no mínimo mais eloqüente⁶, é preciso preservar a proporcionalidade dos documentos gerados e/ou acumulados pela instituição⁷. A aplicação de técnicas de amostragem não pode significar escolha puramente subjetiva de exemplares, mas operação estatística rigorosa que só poderá ser adequadamente conduzida se houver um bem elaborado quadro de classificação dos documentos. As informações não verbais que presidem a formatação desse quadro nada têm a ver com os conteúdos específicos dos documentos, como referido anteriormente, mas com um sistema de metadados que encontra fundamento no princípio da proveniência e no do respeito à ordem original.

Se a natureza contextual do arquivo faz dos documentos parcelas dotadas de tempo e circunstância, cujo significado pleno só é alcançado no âmbito das relações que mantêm entre si, dificilmente agentes externos à instituição poderão compreender o verdadeiro alcance desse conceito de organicidade. Tenderão a eleger conteúdos e temas conjunturalmente expressivos, sem se dar conta de que promovem reciprocidade entre dois universos perfeitamente distintos: o do arquivo e o dos sentidos que lhe emprestam seus usuários.

Cumprir reiterar, finalmente, que o arquivo é, por definição, estabelecido de sentido. Instrumento e produto de uma ação, o documento é conservado, invariavelmente, a título de prova ou evidência. Conforme Delmas, *todos os documentos de arquivo começam por ser um instrumento necessário, do mais fraco ao mais decisivo, da atividade de um indivíduo ou de uma instituição num dado momento, antes de se tornarem produto e, finalmente, os traços remanescentes da atividade* (Delmas, 1996). Há como que um circuito fechado entre o uso primário ou instrumental e o uso secundário ou de pesquisa⁸, cujo rompimento pode resultar na perda da capacidade denotativa dos documentos, isto é, na perda de sua autenticidade. Quando isso ocorre, e o processo de avaliação tem concorrido para tanto, o arquivo acaba se transformando num centro de documentação ou memória.

Notas

1 - [...] os documentos não são conjuntos de informação, nem são conhecimento, mas ação (Menne-Haritz, 1994).

2 - Trata-se da propriedade de autocontextualização dos textos escritos (Olson, 1995, p. 267-286).

3 - Ver, a respeito, as interessantes observações de Menne-Haritz (1992).

4 - A expressão foi utilizada por Bauer, em seu clássico manual publicado em Viena, em 1921 (Bauer, 1957, p. 359-360).

5 - Derrida associa o princípio arcontico ao de consignação, na sua definição de arquivo. *A consignação tende a coordenar um único corpus em um sistema ou uma sincronia na qual todos os elementos articulam a unidade de uma configuração ideal* (Derrida, 1997, p. 11).

6 - Deixaremos aqui de considerar os problemas de espaço, como justificativa da avaliação, em favor de argumentos que enfatizam um outro tipo de economia: a da busca de uma racionalidade, de um núcleo essencial que permita representar a entidade de origem.

7 - A proporcionalidade deve ser preservada ao menos como registro, se os casos de grandes quantidades aliadas a extrema redundância recomendarem a eliminação física dos documentos.

8 - Numa linha que diverge da tradição norte-americana representada por Schellenberg, Angelika Menne-Haritz, da Escola de Marburgo, faz repousar sobre a capacidade operativa do documento o fator distintivo entre seu uso primário e secundário. *Durante a fase instrumental* – diz ela – *os documentos indicam o que tem que ser feito, por quem e por quê. Durante a fase da pesquisa, eles mostram quem fez o quê e por que razão. Usados como ferramentas, indicam até que ponto evoluiu o processo e em que bases podem ser tomadas as próximas decisões. Depois de arquivados, mostram como o processo se desenvolveu e que etapas se seguiram umas às outras* (Menne-Haritz, 1998).

Referencias bibliográficas

- APPLEBY, Joyce, HUNT, Lynn, JACOB, Margaret. *Telling the truth about history*. New York: W.W. Norton and Company, 1994.
- BAUER, Wilhelm. *Introducción al estudio de la historia*. Trad. y notas por Luis G. de Valdeavellano. 3. ed. Barcelona: Bosch, 1957.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. No limiar do século XXI. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 7-30, 1996.
- DELMAS, Bruno. Manifesto for a contemporary diplomatics: from institutional documents to organic information. *The American Archivist*, Chicago, v. 59, n. 4, p. 438-452, 1996.
- DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: una impresión freudiana*. Trad. Paco Vidarte. Madrid: Trotta, 1997. (Estructuras y Procesos, Filosofía).
- DIDIER, Emmanuel. *Langues et langages du droit: étude comparative des modes d'expression de la Common Law et du droit civil, en français et en anglais*. Montréal: Wilson et Lafleur, 1990.
- DURANTI, Luciana. The concept of appraisal and archival theory. *The American Archivist*, Chicago (Il.), v. 57, n. 2, 1994, p. 328-344.
- GRANGER, Gilles-Gaston. *A ciência e as ciências*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 1994. (Ariadne).
- LIMA, Luiz Costa. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MENNE-HARITZ, Angelika. Appraisal or selection: can a content oriented appraisal be harmonized with the principle of provenance? In: *The principle of provenance: report from the First Stockholm Conference on Archival Theory and the Principle of Provenance: 2-3 September 1993*. Stockholm: Riksarkivet, 1994. p. 103-131.

MENNE-HARITZ, Angelika. L'informatique aux archives: les expériences allemandes. In: BUCCI, Oddo (ed.). *Archival science on the threshold of the year 2000: proceedings of the International Conference, Macerata, 3-8 September 1990*. Ancona: University of Macerata, 1992. p. 267-273.

MENNE-HARITZ, Angelika. What can be achieved with archives? In: *The concept of record: report from the Second Stockholm Conference on Archival Science and the Concept of Record: 30-31 May 1996*. Stockholm: Swedish National Archives, 1998. p. 11-25.

OLSON, David R.. A escrita como atividade metalingüística. In: OLSON, David R., TORRANCE, Nancy, org. *Cultura escrita e oralidade*. Trad. Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1995. p. 267-286. (Múltiplas Escritas).

SILVA, De Plácido e. *Vocabulário jurídico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980. 5 v.

Resumo: Com base em conceitos e princípios arquivísticos, a autora critica o chamado valor histórico como atributo pertinente no processo de avaliação de documentos.

Abstract: Based on archival concepts and principles, the author refuses the so called historical value as a criterion of appraisal.

Sobre a autora: Professora do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, participa como consultora do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo e do Sistema de Arquivos da USP. Dirigiu o Arquivo do Município de Rio Claro de 1980 a 1990.

Sobre o texto: O trabalho é resultado, com pequenas modificações, de um relatório de consultoria apresentado à Comissão Interdisciplinar de Gestão Documental do Conselho da Justiça Federal (Brasília, DF), em outubro de 2001.

Palavras-chave: avaliação; valor histórico; teoria arquivística.

Key words: appraisal; historical value; archival theory.

BIBLIOTECA DE APOIO EM ARQUIVOS

Heloísa Liberalli Bellotto

Uma biblioteca, formal ou virtual, é um sistema de informação com a específica peculiaridade de coletar, armazenar e processar tecnicamente os documentos que a integram, tornando possível o acesso a seu conteúdo.

Se existir uma coleção razoavelmente constituída (ou referenciada), por mais que se apresente caótica, antiquada, deficiente e lacunar, ou por mais incorreta seja a sua organização em termos de classificação e representação descritiva, ainda assim não deixa de ser um sistema de informação. Se o usuário (e aqui pensamos, em particular, no historiador) souber nela se debruçar adequadamente, poderá, por si mesmo, embora com percalços, lograr iniciar o caminho da pesquisa e percorrê-lo, da coleta dos dados à análise, da análise à síntese, da síntese à explicação e à generalização. É evidente que, na medida do crescimento da sistematização, do aperfeiçoamento, da eficácia e da otimização dos serviços técnicos e culturais que presta, a biblioteca pode ir muito mais longe no seu papel de apoio à pesquisa, favorecendo a consistência e as conclusões dos trabalhos de investigação. É isso, aliás, o que se espera de todas as entidades voltadas para o armazenamento, tratamento, transferência e disseminação da informação: arquivos, centros de documentação, bancos de dados e, naturalmente, bibliotecas, mesmo quando assumem o papel de auxiliares, como os franceses definem as bibliotecas de arquivo.

A tipologia das bibliotecas é vastíssima. Desde logo, descartemos de nossas cogitações, no âmbito desse artigo, as bibliotecas públicas gerais (nacionais, estaduais, municipais), assim como as coleções privadas de pessoas físicas. Mesmo restringindo nossa abordagem às bibliotecas institucionais, isto é, de pessoas jurídicas de campos especializados, ainda assim nosso universo é muito grande e variado, como grande e variada é a própria tipologia das instituições que

atuam nos diferentes ramos do conhecimento e nas diferentes áreas da sociedade.

O mundo fascinante do armazenamento, tratamento e transferência sistemática da informação técnica, científica, artística, social e cultural pode ser hoje encontrado, felizmente, até mesmo nos países em desenvolvimento. No Brasil, a despeito de existirem em maior ou menor número, com maior ou menor eficiência ou níveis de informação, encontram-se bibliotecas em boa parte dos órgãos públicos de envergadura dentro dos três poderes e nos diferentes níveis administrativos, tanto quanto nas instituições educacionais e culturais, técnicas, científicas, artísticas, de entretenimento e esporte, de cultos religiosos etc. Há bibliotecas de grandes indústrias, de empresas comerciais, de escritórios de engenharia e arquitetura, de laboratórios farmacêuticos, de institutos profissionais, de pesquisa e de serviços, assim como há bibliotecas de conventos, penitenciárias, escolas, clubes, hospitais, hotéis de lazer etc., cujos acervos são condizentes com as finalidades dos órgãos ou entidades a que servem.

Tais órgãos ou entidades, para que possam funcionar e dar andamento e cumprimento às funções que lhes foram atribuídas ou a que se propuseram quando de suas respectivas criações, desenvolvem e cumprem, necessariamente, as chamadas atividades-meio e atividades-fim. Seria supérfluo defini-las exaustivamente, aqui. Convém recordar, no entanto, para efeitos de argumentação, o significado de umas e outras.

As atividades-meio são aquelas ligadas à infra-estrutura jurídico-administrativo-financeira de um organismo, proporcionando-lhe sustentação material e operacional, desenvolvidas pelos setores de planejamento, organização e métodos, finanças, pessoal, assessoria jurídica, instalações e equipamentos, e comunicações. De outra parte, as atividades-fim são as que compõem os objetivos do organismo perante a sociedade, que é, afinal, o meio no qual atua e ao qual serve: são as atividades que justificam as razões da criação da entidade; são as que mostram seus resultados, seus produtos, enfim, a sua contribuição efetiva, seja ao próprio governo ou ao cidadão em

suas relações com o Estado e com os demais cidadãos, seja à vida econômica, social, científica, tecnológica e cultural.

A alusão às atividades-meio e às atividades-fim de uma entidade tem sua razão de ser: posicionar o caso das bibliotecas institucionais que não têm a autonomia de uma biblioteca pública. Elas são parte de uma entidade, e não o seu todo. Nesse caso, podem ser consideradas atividades-fim ou são atividades-meio?

A biblioteca institucional, sendo meio, serve como sustentadora, facilitadora, para que se cumpram as finalidades da entidade à qual serve? Ou, sendo fim, está ela aliada aos objetivos governativos, financeiros, comerciais, técnicos, científicos, culturais etc. das entidades, conforme suas finalidades? Para tal definição é preciso lembrar a especificidade das próprias organizações. As bibliotecas das grandes empresas (petrolíferas ou farmacêuticas, por exemplo), dos órgãos legislativos municipais, estaduais ou nacionais, ou ainda as bibliotecas dos hospitais, com suas vertentes técnicas e científicas, podem ser relacionadas às atividades-meio, pois as informações nelas contidas servem de apoio para as atividades dos profissionais envolvidos nas referidas entidades – desde o salário que recebem até os equipamentos postos à sua disposição – para que elas funcionem. No entanto, tomando-se o exemplo novamente do hospital, sanatório ou clínica, pode-se perceber a dificuldade de uma definição simplificadora. Poderá haver, por exemplo, a possibilidade de uso da biblioteca como entretenimento, quando dos internamentos e convalescenças prolongadas. Assim, estará a biblioteca cumprindo uma atividade-fim, já que ligada à cura ou à melhora física, mental e psicológica dos pacientes. O mesmo poderá ser dito para as bibliotecas dos hotéis e dos navios de turismo, ou ainda para as bibliotecas escolares e universitárias. Todas estão diretamente relacionadas aos objetivos específicos das entidades às quais se integram.

Nesse raciocínio, concluímos que são a natureza e a característica da instituição, dos seus objetivos e do papel que lhe cabe na sociedade que vão definir se a sua biblioteca poderá ser posicionada como incorporada às atividades-meio ou às atividades-fim; ou, como é prova-

velmente o nosso caso (o das bibliotecas de apoio em arquivos), situar-se em ambas.

Para esclarecer essa dualidade é preciso estabelecer desde logo o conceito e os objetivos de uma biblioteca de apoio em arquivos. O enunciado da definição poderá ser mais bem compreendido se, de partida, forem assimilados alguns axiomas tópicos para o caso específico aqui abordado:

1 – São bibliotecas adjudicadas a arquivos públicos permanentes, estando, portanto, descartada a hipótese de arquivos de primeira e segunda idades que, na realidade, não podem ser considerados “instituições”, como são as que abrigam os arquivos permanentes/históricos. Naquele caso são mais “documentos” ou conjuntos documentais de primeira e segunda idades do que propriamente documentos de arquivo, mesmo porque, nestes, em conformidade ao serviço e à informação que prestam, seus arquivistas usariam com mais proveito, salvo os manuais arquivísticos, os bancos de dados, centros de documentação e as bibliotecas técnicas do órgão ou da entidade a que servem, e não uma que lhes fosse própria.

2 – Não serão enfocadas bibliotecas ligadas a arquivos permanentes ou históricos de entidades do domínio do direito privado nem de órgãos públicos que não sejam os arquivos públicos ou arquivos históricos, aos quais se aplica a mesma argumentação, sejam eles de âmbito nacional, estadual ou municipal.

3 – Essa “biblioteca arquivística” de apoio não possui a mesma autonomia das bibliotecas municipais, estaduais ou nacionais, nem mantém com elas relação de semelhança ou dependência. Tem, isto sim, peculiaridades e especificidades próprias das bibliotecas institucionais.

Posto isto, é possível chegar a alguns elementos que permitem estruturar uma definição aceitável para a biblioteca de arquivo: é a

biblioteca destinada a dar apoio bibliográfico aos trabalhos técnicos de um arquivo público e aos trabalhos científicos da pesquisa histórica nele desenvolvidos, além de funcionar como uma espécie de depósito legal de todos os documentos impressos produzidos pela administração na qual se insere.

Pouco estudada pela biblioteconomia ou pela arquivologia, a biblioteca de arquivo não tem sido alvo da literatura especializada. Muitas vezes confundida com os chamados “arquivos impressos” (no Brasil, estudados por Nilza Teixeira Soares e Lídia Alvarenga), como se a sua única finalidade fosse custodiá-los, ela tem merecido atenção na produção bibliográfica: um capítulo no *Manuel archivistique français* (1970), outro no trabalho de Vicenta Cortés, *Archivos de Espana y América* (1979), alguns poucos artigos franceses, ingleses e norte-americanos, muito localizados relativamente a bibliotecas de arquivos pontuais, além de um item na *lei-tipo* de arquivos, redigida para a UNESCO por Salvatore Carbone e Raul Guêze (1971). Todos procuram deixar claro que os grandes campos de atuação da biblioteca de arquivo e para os quais ela volta seus objetivos são: o campo da arquivística, para usuários internos, o campo da historiografia, para os usuários externos, e ainda a guarda patrimonial dos arquivos impressos. Nesses campos e em todas as suas ramificações e possibilidades é que se enquadrarão as coleções das bibliotecas de arquivo.

Tais coleções devem contemplar o cumprimento das tarefas profissionais dos arquivistas e, ao mesmo tempo, oferecer uma documentação auxiliar aos pesquisadores. Não devem pretender substituir bibliotecas mais abrangentes, mas preencher uma função especializada, fornecendo obras de caráter geral, como as de síntese histórica, monografias, manuais e livros sobre paleografia, diplomática, arquivística, tratados de direito público e privado, códigos jurídicos, legislação, administração pública em geral, nas épocas abrangidas pelos fundos do arquivo ao qual pertence à biblioteca, assim como publicações relativas à história local e regional.

O que se quer atribuir ao perfil dessa coleção é o quanto ele deve

estar próximo do próprio perfil dos documentos arquivísticos custodiados na mesma instituição à qual pertence a biblioteca. Vê-se que, de um lado, a coleção deve dar conta das informações sobre os procedimentos teóricos, metodológicos e técnicos que presidem e servem de base às práticas dos arquivistas. Por outro lado, a aliança entre a coleção bibliográfica e a iconográfica (que podem coexistir na mesma biblioteca) complementa e fornece subsídios à pesquisa realizada nos documentos textuais, facilitando o acesso a informações neles contidas.

Ora, temos no primeiro caso – a biblioteca dando suporte às atividades técnicas da função arquivística – o cumprimento de uma atividade-meio, facilitadora da otimização dos serviços técnicos de recolhimento, arranjo, descrição e difusão. No segundo caso – a biblioteca complementando o acesso à informação de caráter histórico – temos a realização de uma atividade-fim, ou, pelo menos, caudatária de uma atividade-fim: a consultabilidade e a disponibilização do conhecimento dos conteúdos documentais.

Os objetivos de uma biblioteca de arquivo evidenciam-se na sua própria definição e surgem historicamente das demandas da clientela pesquisadora em prol de uma assistência de informação bibliográfica complementar. Desde o aparecimento dos grandes arquivos europeus e latino-americanos no final do século XVIII e por todo o século XIX, assim como posteriormente nos norte-americanos, nas primeiras décadas do século XX, já se entendia que, para a utilização adequada dos documentos, era necessário o recurso de complementos, como livros, revistas e outros impressos, ao lado dos manuais de serviço e das rotinas, dos relatórios, guias e outros registros esclarecedores dos documentos, em sua vida ativa. Portanto, percebe-se que as bibliotecas de apoio em arquivos foram criadas com objetivos bem claros:

- Dar apoio técnico e logístico às tarefas arquivísticas, por meio do material bibliográfico de cunho arquivístico.

- Proporcionar informações subsidiárias ao pesquisador seja por meio dos componentes de suas coleções, seja por meio de catálogo coletivo (real ou virtual) de informações regionais.
- Recolher sistematicamente e processar tecnicamente as chamadas “publicações oficiais” da esfera administrativa na qual se insere o arquivo. O conjunto das publicações oficiais (diários oficiais, relatórios, atas, anais de câmaras e de assembleias legislativas etc.) é o que, na terminologia das ciências documentárias, convencionou-se denominar como “arquivos impressos”.

As bibliotecas institucionais – ainda que restritas a matérias-primas que lhes são próprias, ou seja, documentação bibliográfica e em multimeios - são imbuídas evidentemente dos mesmos objetivos das instituições nas quais se integram, completando-as. Quando aplicada esta constatação às bibliotecas dos arquivos históricos, evidencia-se o quanto seus objetivos são condizentes com os dos próprios arquivos: tratar a documentação permanente, servir à pesquisa e à difusão cultural.

A biblioteca de apoio de um arquivo não tem a pretensão, como já foi afirmado, de ser uma biblioteca abrangente, como as bibliotecas públicas; também não se assenhoreia do objetivo do arquivo propriamente dito, seja ele estadual, municipal ou nacional, que é o de recolher os documentos administrativos permanentes. Entretanto, um dos seus objetivos é justamente contribuir para a eficiência do cumprimento das tarefas arquivísticas, por meio da parte de sua coleção concernente aos manuais técnicos e obras básicas de arquivística, de administração, de organização e métodos, e de direito administrativo. Cumpre assim a finalidade de dar apoio ao labor dos arquivistas. Já o objetivo de servir ao historiador será alcançado pela existência, em seu acervo, de bibliografia especializada, mas também graças aos serviços de análise documentária e indexação, que também poderão ser feitos pelos bibliotecários. O objetivo de servir à comunidade, este sim, coincide totalmente com o do arquivo: a biblioteca há de

compor-se com os serviços culturais e educativos da instituição, promovendo exposições, debates, cursos, simpósios e outros eventos.

Como destinatário desses objetivos situa-se o público consulente. Qual é a sua gama e perfil? Delineiam-se, fundamentalmente, quatro tipos de público, sendo três externos (o pesquisador, o administrador e o cidadão) e um interno (o arquivista).

Historicamente – e no Brasil este fato aparece de maneira muito clara - os primeiros freqüentadores das bibliotecas de arquivo eram os eruditos historiadores amadores. Mas a consolidação dos cursos universitários de História, a elaboração das teses de grau e o próprio discernimento da sociedade (para entender o benefício da historiografia de cunho científico, com suas metodologias próprias), trouxeram um uso específico, heurístico, de análise, síntese e explicação dos documentos custodiados pelos arquivos. Como consequência, cresceu a demanda por novos instrumentos, para além da leitura paleográfica e interpretação por vezes apressada dos mesmos. Tais instrumentos ampliaram a assistência de informação bibliográfica complementar, que as novas abordagens historiográficas passaram a reclamar.

O historiador tem consciência de que a biblioteca do arquivo será capaz de lhe proporcionar mais do que o pertinente - o que ele encontraria numa boa biblioteca pública, particular ou universitária. Ela será capaz de lhe proporcionar o relevante. Isto porque a representação descritiva nesse tipo de biblioteca, até por ser de pequena proporção, tende a inflectir para o analítico, para a análise documentária, para a indexação, para a confecção de *abstracts* e de resumos.

Como bem apontam Victor Chômel e outros, no capítulo sobre as bibliotecas de arquivo no *Manuel d'archivistique française* (1970): *graças a tais precauções (a indexação etc.), os usuários das bibliotecas de arquivo ali encontrarão dados que, na maioria das vezes, lhes serão fornecidos em menor abundância nas organizações de ambientes mais vastas, como as bibliotecas universitárias, por exemplo.*

No âmbito das ciências da informação, principalmente nos Estados Unidos, nos últimos anos, têm surgido estudos sobre a questão da *information need*, discutindo-se a necessidade de informação, ou melhor, o equacionamento entre o propósito de informação, o desejo de informação e a falta de informação, de um lado, e a necessidade propriamente dela, de outro. A questão foi estudada relativamente a várias profissões, dentre as quais a de historiador. Até que ponto esse profissional sabe equacionar bem o seu desejo com a sua necessidade da informação? Muitas vezes ele mesmo não sabe dimensionar essa questão. A biblioteca do arquivo poderia ser o grande manancial em que o historiador viria buscar seus pontos de partida, o início das suas hipóteses de trabalho. Esclarecendo melhor, antes de recorrer aos documentos de arquivo, o pesquisador disporia do quadro geral de informações desejadas/existentes/necessárias.

Outro público é constituído por agentes da administração, muitas vezes à procura de dados do passado, significativos para informar o processo decisório do presente, ou para recuperar os registros de ações passadas. Nem sempre tais informações estão nos documentos arquivísticos, mas nos arquivos impressos que constituem (ou deveriam constituir) parte substancial do acervo das bibliotecas de arquivo.

O cidadão comum é outro setor de público para essas bibliotecas. Na categoria é possível incluir os escolares com pesquisas requeridas pelos professores de história, distintas das desenvolvidas por pesquisadores/historiadores, tanto em temáticas, abrangências e estilos como em profundidade de abordagens. Provavelmente contarão com material disponível mais rico que o existente em suas escolas e municipalidades, podendo receber, ainda, com um atendimento pessoal satisfatório, de uma forma mais pontual, respostas a suas indagações. Também aí se incluem profissionais de várias áreas, aposentados, donas-de-casa, interessados em geral em busca de informações várias e do conhecimento de fatos passados de sua comunidade, que lhes conferem maior consciência de cidadania e de identidade civil e cultural.

Da estrutura da biblioteca de apoio de arquivo podem constar documentos em multimeios propositadamente adquiridos, tais como fotografias, mapas, vídeos, diapositivos, CDs, cujo conteúdo deve ser complementar ao acervo documental. Aliás, esses materiais são muito apropriados para compor o aparato de serviços educativos que os arquivos históricos devem ter. Trata-se de colaboração com os professores de história do ensino fundamental e do ensino médio, pois possibilita aos alunos conhecerem melhor os documentos e se iniciarem na pesquisa histórica tanto na biblioteca como junto aos fundos arquivísticos propriamente ditos.

Resta abordar o usuário interno do arquivo, que é o arquivista. Para que ele cumpra corretamente as suas funções é que está constituída boa parte da coleção da biblioteca: manuais técnicos, obras teóricas básicas, revistas especializadas e instrumentos de pesquisa. Também obras históricas e publicações oficiais serão indispensáveis ao bom desempenho do arranjo e da descrição do material do arquivo.

E' para atender com eficácia às necessidades de informação dos quatro tipos de público, acima descritos, que se deve planejar o desenvolvimento da coleção de uma biblioteca de arquivo. Com isso, chegamos ao ponto nevrálgico deste trabalho, que é a coleção, seu desenvolvimento e composição.

Entende-se por desenvolvimento de coleção em bibliotecas todo o conjunto evolutivo de operações, desde a sua formação até seu uso racional, passando por sua atualização, manutenção e preservação física, pelo controle do seu equilíbrio, considerando-se aí o importante tópico da avaliação criteriosa constante e o conseqüente, oportuno e necessário descarte.

Na seleção para montagem e desenvolvimento da coleção de uma biblioteca de arquivo não devem imperar os gostos pessoais do bibliotecário ou do arquivista, nem as novidades ou os *best-sellers* em matéria de historiografia. Não que esses últimos devam ser excluídos, naturalmente, mas não devem representar prioridades. Importa o rumo das necessidades da pesquisa, tanto em matéria de

informação como de interpretação dos dados recolhidos, considerando-se sempre os objetivos específicos do órgão. Especialmente quando se trata de arquivo municipal, o acervo deve ser significativamente voltado para o regional. É claro que numa cidade que dispõe de uma biblioteca municipal ou universitária em cujos acervos haja uma substancial coleção relativa à história local, a do arquivo não precisa enriquecer-se nessa direção. Assim, dependendo dos recursos bibliográficos e informacionais disponíveis na comunidade onde se localiza, cada biblioteca de apoio do seu respectivo arquivo terá proporções e ambições forçosamente diferenciadas.

Embora possa soar excêntrico aos bibliotecários, creio que a par do desenvolvimento apropriado de coleção, também cabe nessas bibliotecas um processamento típico e peculiar no concernente à catalogação, a sua representação descritiva. Se nos arquivos as suas bibliotecas estiverem mais voltadas para a especificidade do que para a exaustividade, se o relevante for mais valorizado do que o pertinente, elas, mesmo modestas, serão insubstituíveis para os estudos de história regional.

A formação da coleção deve ser pensada, reiteramos, do ponto de vista do pesquisador, do administrador, do arquivista e do cidadão, e deve partir dos pontos a seguir identificados.

- Envio obrigatório e sistemático das publicações oficiais dos órgãos do nível administrativo no qual se insere o arquivo, à feição de um “depósito legal”.
- Compra, doação ou permuta do material componente da coleção, feitas de forma rigorosa e inseridas, por sua vez, numa política de desenvolvimento de coleção. Disto é que depende substancialmente o perfil da coleção que deve obedecer a uma configuração, adiante discutida.
- Legados de coleções privadas inteiras, em geral, resultados de coleções de interesse local, montadas, freqüentemente por toda a vida, por intelectuais, bibliófilos ou colecionadores.

- Doações avulsas, às vezes raridades de interesse, ou livros entregues pelos próprios autores que pesquisaram no arquivo para produzi-los. Aliás, esse tipo de doação deveria ser um compromisso do pesquisador, desde o início de suas consultas *in loco*.

Da parte dos bibliotecários e da direção do arquivo deve haver o compromisso de que as peças documentais incorporadas à biblioteca sejam, o mais rapidamente possível, processadas e colocadas à disposição dos consulentes. *À ambição de adquirir grande número de obras deve corresponder a mesma ambição de logo torná-las acessíveis à consulta (Manuel d'archivistique français)*. Entretanto, muitas vezes esse procedimento é cerceado por um grande número de dificuldades fortemente concentradas na falta sistemática de recursos humanos, financeiros e materiais.

As bibliotecas dos arquivos públicos municipais e estaduais, ao contrário de outras modalidades de bibliotecas, sofrem mais de superabundância indesejável de material bibliográfico do que de escassez. Seria antes pela via dos remanejamentos e dos descartes que se poderia chegar mais perto do quadro ideal de acervo.

Afinal, qual é o desenho do quadro ideal da composição do acervo? Vicenta Cortés, no capítulo dedicado às bibliotecas de arquivo no seu *Archivos de Espana y America*, aponta para uma nítida separação entre a bibliografia geral e a bibliografia especial, sempre respeitando o caráter das coleções abrigadas no arquivo e as especificidades do público consulente.

Da *bibliografia geral* (na qual se incluem também as obras voltadas à temática local) deveriam fazer parte da biblioteca de arquivo:

- enciclopédias e dicionários (lingüísticos, etimológicos, históricos, geográficos, biográficos);
- livros de geografia (geral, nacional e regional; física, humana e econômica, além de mapas);

- livros e revistas de história (geral, nacional e regional; teoria e metodologia; bibliografias de historiografia, sobretudo local; manuais que orientem o trabalho em áreas especializadas tais como demografia histórica, história administrativa, história econômica etc.);
- cronologias nacionais e locais;
- livros sobre organização e métodos (construção de organogramas, fluxogramas etc.);
- manuais de direito, principalmente administrativo e notarial;
- manuais de administração, principalmente pública;
- legislação (concernente às questões político-administrativas e documentais nos níveis federal, estadual e municipal);
- produção bibliográfica local.

Esse último item merece que se dê um destaque ao que poderíamos chamar de produção bibliográfica local, quando se trata dos pequenos municípios. Nesse caso, não devem ser considerados apenas os livros de história ou geografia locais, mas toda a produção bibliográfica de caráter técnico, científico, artístico, político, jurídico, religioso, cultural, educativo etc. Isso não deve soar como paradoxo, uma vez que propugnamos para que as bibliotecas de arquivos não sejam "bibliotecas de tudo", e sim voltadas para o apoio à pesquisa histórica regional e à administração local, descartando compras e aceitação de doações de material sobre assuntos distantes da finalidade do arquivo. Entretanto, no caso da inexistência de bibliotecas municipais e escolares, ou, mesmo havendo, quando não estejam dispostas a incorporar um exemplar de cada revista ou de cada livro, publicados na localidade, é dever do arquivo público transformar-se em uma espécie de "depósito legal", por uma questão de responsabilidade com a transmissão cultural.

Como *bibliografia especial* ou específica, mais voltada para dar suporte ao trabalho do arquivista, deveriam constar:

- manuais concernentes à área de preservação de arquivos e documentos, que incluem desde informações sobre construção e conservação de prédios de arquivo, suas instala-

ções e equipamentos, até tudo o que diga respeito aos materiais com que são feitos os suportes documentais (incluindo-se os eletrônicos), suas diferentes formas de conservação preventiva e restauração, além de todas as informações sobre os agentes físicos, químicos e biológicos que os atingem, estudando-se também a conservação e restauração da *materia scriptoria*, de selos e carimbos eventualmente presentes nos documentos;

- manuais sobre emprego, manejo, funcionamento e uso das tecnologias da informação, sobretudo a microfilmagem e a informática, incluindo a necessária literatura sobre os *softwares* apropriados para as operações arquivísticas;

- compêndios relativos às ditas ciências auxiliares da história: paleografia, diplomática, sigilografia, genealogia, numismática, heurística e ecdótica (de que merecem destaque as duas primeiras, com ênfase para a diplomática, em virtude da importância assumida hoje, nas ciências documentárias, por seu braço arquivístico – a tipologia documental);

- livros e revistas especializadas em arquivística.

Quanto ao último item, convém mencionar, antes de mais nada, os manuais nacionais e estrangeiros, obras de teoria, metodologias, técnicas, legislação, formação profissional e história da arquivística. Em segundo lugar, os instrumentos de pesquisa do próprio arquivo no qual se insere a biblioteca em questão, assim como instrumentos de outros arquivos. Além disso, a biblioteca ideal de arquivo deve ter as publicações do Conselho Internacional de Arquivos, destacando-se a sua revista *Comma* (que veio substituir as antigas *Archivum* e *Janus*) e os chamados textos *RAMP* (*Records and Archives Management Program*), redigidos por especialistas e abordando as várias facetas da função arquivística.

A essas sugestões, deveríamos acrescentar aquela extensão que permitirá à biblioteca do arquivo tornar-se um verdadeiro centro de documentação e informação regional. Refiro-me a mais três tipos de documentos que, por suas peculiaridades, merecem destaque especial: os jornais, os documentos em multimeios e as publicações oficiais.

A biblioteca de um arquivo, sobretudo a dos arquivos municipais, deve conter coleções dos jornais locais, tanto dos extintos como daqueles ainda em circulação, mediante assinatura.

Quanto aos documentos em multimeios, podem ser gerados pelas ações ligadas à história oral junto à comunidade (por iniciativa do próprio arquivo ou de pesquisadores alheios à instituição, mas que para lá encaminham suas gravações, para depósito ou doação) ou pode ser constituído de coleções de fotografias, filmes, fitas, vídeos etc., de origem externa, ou geradas pelo arquivo, com a preocupação de retratar a vida urbana nos seus vários aspectos. Excluem-se, evidentemente, fotografias, filmes, vídeos etc., resultantes das atividades dos órgãos governamentais, pois estas deverão necessariamente fazer parte dos fundos arquivísticos.

Finalmente, fechando a composição e desenvolvimento do acervo da biblioteca de arquivo, temos as publicações oficiais, também chamados arquivos impressos. Esse material deve ser parte substancial e importantíssima da biblioteca, desde que criteriosamente selecionado, levando em conta sua circunscrição geográfica e nível administrativo.

Em comunicação apresentada ao 1º. *Seminário sobre Publicações Oficiais Brasileiras*, dentro do *VIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação*, realizado em Brasília, em julho de 1975, a arquivista Nilza Teixeira Soares, sob o título de "Publicações oficiais, arquivos impressos", discutia o conceito, o recolhimento e o depósito legal dessas publicações. Trata-se, segundo a autora, de *todo o ato ou documento que adquire valor jurídico pela sua publicação em órgão oficial de divulgação e as próprias publicações edita-*

das em grandes tiragens ou reproduzidas em alguns exemplares, por uma administração no desempenho de suas atividades. A caracterização de arquivo impresso independe do processo empregado na reprodução do texto (tipográfico, off-set, mimeógrafo, xerox etc.).

A entrada das publicações oficiais nos arquivos e posterior encaminhamento para as suas bibliotecas é feita das seguintes maneiras:

- 1 - envio pelos órgãos responsáveis pela edição ou pelos órgãos editores, como, por exemplo, a Imprensa Oficial;
- 2 - recolhimento de fundos arquivísticos, aos quais aquelas publicações vierem incorporadas;
- 3 - depósito legal;
- 4 - assinatura, permuta ou compromissos firmados com os órgãos produtores.

Para Nilza Teixeira Soares, *as publicações oficiais que refletem e divulgam a atividade do órgão, editadas no desempenho do conjunto dessas atividades, constituem-se em arquivos impressos. Devem ser publicadas sob responsabilidade de um órgão governamental e/ou às expensas do erário público. Essas publicações têm o público em geral como destinatário, nascem de idéias e do desempenho de atribuições do conjunto dessas atividades, que é de onde procedem todos os arquivos impressos e ainda os autênticos documentos de arquivo.* A autora cita o comentário de Pierre Géraudel, no capítulo sobre os arquivos impressos do *Manuel d'archivistique français*, a respeito do grande desinteresse dos arquivistas em relação aos documentos impressos, que ele julga também compartilhado pelos historiadores, afirmando que o apego destes aos originais manuscritos ou datilografados ainda é muito grande.

Os "arquivos impressos" podem facilitar o uso e a compreensão dos documentos de arquivo. Além disso, determinadas publicações oficiais, por preceito legal, destinam-se à divulgação de atos oficiais, por meio de seus devidos registros, com a finalidade dar conhecimento deles ao público a que se destinam, para entrar em vigência e validade. Os diários oficiais (da União, dos estados e dos municí-

pios), os da Justiça e os do Congresso Nacional são exemplos desse caso.

Outras publicações destinam-se mais ao âmbito restrito de determinados órgãos, são mais de uso interno, podendo, ou não, passar para a custódia da biblioteca do arquivo, pois muitos não chegarão a sair de seus órgãos produtores. Estão neste caso: boletins, manuais de serviço, rotinas de trabalho etc. Há os que visam apenas enfeixar matéria publicada, inerente à atuação das unidades de que se originaram, como coletâneas de leis, portarias, resenhas cronológicas etc., para efeito informativo ou de divulgação, e, finalmente, as publicações técnicas, periódicas ou não, destinadas a subsidiar as atividades dos órgãos produtores.

É lógico que as publicações oficiais constarão das coleções das bibliotecas dos respectivos órgãos de origem, assim como de bibliotecas gerais, porém estarão separadas para efeitos de pesquisa. No entanto, se houvesse uma obrigatoriedade de depósito legal de tais publicações nas bibliotecas dos arquivos segundo os níveis administrativos dos próprios órgãos produtores, como acontece em outros países, poderiam estar juntos e facilitar a pesquisa, a despeito de permanecerem outros exemplares da mesma obra nas bibliotecas dos órgãos de origem.

É sabido que alguns órgãos federais e estaduais enviam sistematicamente seus arquivos impressos ao Arquivo Nacional e a arquivos públicos estaduais, mas não há controle geral e sistemático da periodicidade de tal prática.

Essas e outras questões são pontos essenciais das políticas de desenvolvimento de coleções das bibliotecas dos arquivos públicos brasileiros. Essas políticas, por natureza, traduzem-se em série ou conjunto de ações, visando a excelência dos serviços prestados, em última instância, aos consumidores de informação naqueles arquivos. Ora, hoje em dia, em que tanto se fala em produtividade e qualidade, é preciso que nossos insumos - os dos arquivos permanentes - tenham como alvo a qualidade do produto, no caso a forma como se

vai possibilitar a informação desejada ao historiador. Para a produtividade com qualidade concorrem todas as atividades e serviços do arquivo; a sua biblioteca é um deles. E esse serviço será aperfeiçoado na medida em que o forem as suas ações de seleção, tratamento técnico, descarte e manutenção de coleção.

É patente que os orçamentos são exíguos. Entretanto, é preciso ter, nessas bibliotecas, algum recurso que permita compras de livros apropriados ao perfil de sua coleção, o que inclui, muitas vezes, livros raros ou números de revistas esgotados - só existentes junto aos livreiros especializados e submetidos a preços altos. Também, certamente, há restrições orçamentárias que impedem o aumento do quadro de profissionais, arquivistas e bibliotecários. Alguns arquivos não podem contar sequer com os primeiros, o que dirá com os segundos!

Em conseqüência, o ponto de partida e de esclarecimento da situação das nossas bibliotecas de arquivo é o de que seus responsáveis devem se imbuir de que lhes cabe administrar a exigüidade. Contando, pelo menos, com um profissional bibliotecário efetivo ou em regime de consultoria, e trabalhando em conjunto com ele, devem obedecer, na medida do possível, aos perfis ideais de composição da biblioteca do arquivo. Isso compreende, entre outras coisas, executar descartes urgentes e tentar dar à coleção os níveis técnicos de especificidade e relevância, mais do que valorizar os dados quantitativos. Os recursos da informática, da normalização e da cooperação internacional na área dos arquivos também concorrerão para a consecução da meta básica dessas coleções especializadas, que é a de colaborar para a excelência dos serviços de informação que, por sua vez, darão sustentação e eficiência ao trabalho arquivístico e ao trabalho historiográfico.

Resumo: Com base em diferentes padrões de bibliotecas, ligadas necessariamente aos objetivos das entidades a que pertencem, este artigo define o perfil daquelas que apóiam as atividades de instituições arquivísticas, sugerindo o tipo de material que deve integrar suas coleções.

Abstract: Based on different patterns of libraries, strictly related with the aims of the organisations where they are placed, this article defines the nature of libraries in archival institutions and suggests what kind of books and other materials they must collect.

Sobre a autora: Professora do Curso de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e consultora do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo, do Sistema de Arquivos da USP e do Projeto Resgate de Documentação Histórica do Ministério da Cultura do Brasil em arquivos portugueses.

Sobre o texto: Trabalho revisto, atualizado, acrescido e modificado, foi originalmente apresentado no *I Encontro de Bibliotecários de Bibliotecas de Apoio*, dentro da *IV Conferência Nacional de Arquivos Públicos*, realizada em Vitória (ES), de 26 a 30 de outubro de 1993.

Palavras-chave: bibliotecas institucionais; bibliotecas de arquivo.

Key words: institutional libraries; libraries in archival institutions.

ASOCIACIONES ARCHIVÍSTICAS PROYECTOS PARA EL SIGLO XXI

Manuel Vázquez

1. AAB y AAA

La revista *Arquivo & Administração* (publicación oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB), que había nacido en 1972, era esperada y leída por los archivistas de Argentina y creo que de Iberoamérica. Un poco antes, en 1969, la Asociación Argentina de Archiveros (AAA) había lanzado su revista, en Buenos Aires, que fue muy enriquecedora para los profesionales archivistas. ¿Por qué?

Pensemos que los Archivos Nacionales de Brasil y Argentina venían publicando sus propias revistas desde años antes. ¿Qué tiene una revista editada por una Asociación, distinto de lo que ofrece una institución estatal?

Está pensada para los profesionales y sus necesidades. Las revistas de los Archivos Nacionales miran al Estado al que pertenecen, a los usuarios – principalmente historiadores – y por último a los archivistas.

Las dos revistas mencionadas mostraban una marcada preocupación por los aspectos técnicos y teóricos de la profesión. No eran particularmente originales, pero ofrecían planteos de Schellenberg y otros autores dosificados, traducidos y explicados. Además, presentaban casos y experiencias de los archivos locales.

En Brasil, más que en Argentina, la AAB y su revista pesaron en el momento de legislar sobre temas archivísticos, también en convocar público y oyentes para los Congresos Nacionales celebrados cada dos años.

Ni en Argentina ni en Brasil hay ahora una Asociación Nacional visible y actuante, pero sí hay Asociaciones Estadales/Provinciales con distinto grado de actividad e importancia en el medio.

Tendré la audacia – ya que estoy medio retirado – de proponer trabajo y esfuerzos a las nuevas generaciones de colegas.

2. Los agentes del cambio para el siglo XXI

El mundo archivístico es movido por tres “motores”. Esos motores, como los vehículos, sólo andan si hay quien los maneje. Los conductores o pilotos son los archivistas individuales. Los pilotos sin máquinas poco pueden, y los motores sin chofer son piezas de museo.

Los tres motores son:

- los archivos de los Tres Poderes del Estado en sus niveles nacional, estadual/provincial y municipal;
- las asociaciones archivísticas;
- los centros de investigación y docencia archivística.

Cada uno de estos sectores aporta sus características que son insustituibles. Si una de estas fuerzas se opone a las otras, puede frenar el avance. Si únicamente una o dos fuerzas están empeñadas, la tarea se cumple lenta y dificultosamente.

A los archivos oficiales les corresponde elevar a las autoridades propuestas y negociar la promulgación de las normas que constituyen la Política Archivística.

A los centros de investigación y docencia, reflexionar, acrecentar el campo teórico, estudiar las experiencias e ideas de su propio país o del extranjero y sugerir tendencias o caminos a seguir.

A las asociaciones, ser sede para debatir los problemas técnicos, laborales y personales de los archivistas. Ellas son las que tienden el cable a tierra desde las concepciones de los centros de estudio y las

instituciones archivísticas algo más alejadas de la realidad profesional.

Las asociaciones carecen del dinero y los recursos de las otras fuerzas, pero esto les otorga amplitud y libertad para debatir desde el interés concreto de cada archivista o desde la perspectiva técnica.

Los archivos oficiales cargan una gran responsabilidad, porque son la fuerza con mayor poder para frenar y obstaculizar a las otras dos. Pueden producir el estancamiento de toda iniciativa archivística durante años o decenios. Por el contrario, cuando crean y lideran la Política Archivística de la Nación, del Estado/Provincia o del Municipio, dan sentido y estímulo a los otros dos sectores. El Arquivo de Rio Claro, en São Paulo, es precisamente un ejemplo de lo que puede realizar un Archivo Público o Estatal. Mediante esta revista que ahora acepta una colaboración mía, se hizo presente en el mundo, ya en la década de 1980. Con este servicio elevó la consideración de los Archivos Municipales, pero también de los Archivistas Iberoamericanos.

Este artículo va dirigido a las Asociaciones en cuanto órganos de debate de un tema que toca a la elevación del nivel social de los archivistas.

3. Tiradentes y odontólogos

Los odontólogos, como los archivistas, tienen los tres sectores: los oficiales, los centros de investigación y docencia y la asociación o colegio profesional.

Unas décadas atrás eran tiradentes. Su “servicio social” era extraer los dientes o las muelas. Una tarea casi puramente práctica. Alguien de entre ellos pensó: Nuestro compromiso con la sociedad no es sacar dientes ¿por qué no nos hacemos cargo de la Política Sanitaria de la boca?

Política Sanitaria quiere decir: educación masiva de la comunidad, prevención del deterioro de las piezas dentales, atención a las

afecciones de la mucosa bucal y particular cuidado de niños y adolescentes para obtener una población de bocas sanas, de buen aliento y aspecto. Al asumir la Política Sanitaria de la boca, pasaron de tiradentes a odontólogos.

Algo parecido sucedió con los maestros de obra. Al adoptar la Política de Planificación Urbana, se convirtieron en arquitectos. Con ello – igual que los odontólogos – pasaron a ofrecer un servicio mucho mayor a la comunidad y ocuparon un lugar más conocido en el contexto social.

4. Archivistas y administradores de documentos y archivos

La palabra archivista viene cargada de imágenes y tradiciones que no logramos modificar por más nuevas definiciones o explicaciones que demos. Si ahora queremos cambiar desde dentro y que el cambio sea percibido y comprendido, el cambio de nombre será una herramienta imprescindible.

Estimado colega archivista, ¿estás convencido de que hay una Política Archivística? Porque la gente cree que estamos para alinear cajas en estanterías.

En la segunda mitad del siglo XX, detrás del tema de los Sistemas de Archivos, se fue introduciendo la idea de Política Archivística (Vázquez, 1997; Franco, 1987; Gutiérrez Muñoz, 1987; Couture, 1988). Cada vez se van abriendo perspectivas más amplias. Este trabajo muestra una especie de paisaje perdido que había permanecido invisible a nuestra visión del compromiso archivístico. Así como este paisaje, es seguro que hay otros. Es cuestión de reflexionar y sumar áreas a este movimiento.

Ya vimos que los odontólogos y los arquitectos ocuparon un lugar de servicio en la sociedad en el momento en que se plantearon una Política que diera dimensión y dirección a su compromiso profesional. El cambio de nombre fue un componente importante para dar a conocer

a los miembros profesionales y al público en general el nuevo camino emprendido.

Debemos pasar de archivistas a Administradores de Documentos y Archivos. Nuestra profesión existe para proponer, hacer promulgar y aplicar una amplia Política Archivística – compuesta de muchas áreas – capaz de elevar el nivel de vida de los ciudadanos. Una verdadera Política siempre tiende al mejoramiento de la sociedad. Al crear esta Política de Administración de Documentos y conducirla, nuestra influencia social entrará en una escala superior.

¿Somos importantes los archivistas? Respondo con preguntas:

¿POR QUE EXISTE BRASIL?

Brasil existe, es una nación, porque hay un papel en que la monarquía con sede en Río de Janeiro se declara distinta y autónoma de la Casa Real de Portugal. Es decir, por un documento de archivo.

¿Quién cuida, conserva, y sirve este documento a los investigadores? Los archivistas.

¿TIENES DERECHOS CÍVICOS?

Tienes derechos cívicos, eres ciudadano brasileño porque tus padres te inscribieron en el Registro Civil de Brasil. Si te hubieran anotado en el Consulado alemán serías alemán. Gracias a esa inscripción gozas de todos los derechos civiles y humanos, o sea gracias a un documento de archivo.

Del mismo modo ¿por qué tu casa es tuya? Porque consta en el Registro de la Propiedad, que es un documento de archivo.

5. Los archivistas, administradores de documentos dispositivos

Los países más tecnificados hacen leyes de comercio internacional, crean tribunales con jurisdicción sobre otras naciones, formulan derechos de propiedad intelectual, y nosotros, países menos adelantados, siempre estamos "fuera de la ley" que ellos han escrito.

A continuación te contaré una historia donde queda patente el poder de la política archivística, desgraciadamente mal usado.

Los portugueses primero y los gobiernos brasileños después abrieron el Registro de la Propiedad de Tierras. Tranquilamente se repartieron el territorio y echaron a los indígenas porque "no eran dueños". ¿Cómo que no eran dueños? Los indígenas *no tenían documentos escritos de propiedad*.

Algo similar pasa hoy, como vimos en el recuadro al comienzo del capítulo. ¿Qué pasaría si los archivistas formáramos un movimiento en el Mercosur o en Iberoamérica con una clara y decidida Política Archivística en la que promoviéramos – en un equipo interdisciplinario, con juristas – la promulgación de legislación que respondiera a nuestras necesidades? Exploreemos este camino.

Acabamos de ver cuánto poder tienen los documentos dispositivos. El Gobierno emite documentos dispositivos y éstos sellan la suerte de miles de personas o de muchos países. Los archiveros y los juristas conocemos el increíble poder de estos documentos ¿no podemos hacer de este tema el principio de nuestra reflexión sobre Política Archivística? A lo largo de este artículo vienen propuestas distintas normas dispositivas. Comencemos asomándonos a un panorama general de los documentos dispositivos en el ámbito de una Política Archivística. He aquí una enumeración de posibilidades realizables:

Un servicio muy importante y relativamente simple que los archivistas podemos prestar, con ayuda de algún jurista, consiste en:

Hacer, Mantener actualizado y Ofrecer en Internet un listado de todas las leyes de la Nación o del Estado/Provincia o las ordenanzas de la Prefectura o Municipio, indicando su número, fecha, asunto y estado legal – modificada, derogada, vigente, no reglamentada. A las leyes modificadas o derogadas se les adjunta el dato de la ley o leyes que la fueron modificando y la de la que la derogó. Para las no reglamentadas, se pide la reglamentación o la derogación.

Este servicio puede ser aplicado a un ministerio o a organismos autónomos del estado: universidades, bancos, policía etc. Del mismo modo a instituciones, empresas u organismos no estatales. Basta presentar todas las decisiones, tomadas de las actas, circulares, reglamentos y estatutos de modo que sean manejables y que dejen al descubierto lagunas y contradicciones. Este trabajo es como una plataforma que permite muy variadas investigaciones de gran utilidad. Los archivistas no debemos dejar pasar esta iniciativa a otros profesionales.

Los archivistas, a partir de este listado y de quejas o comentarios periodísticos, detectaremos lagunas jurídicas que perjudican a nuestro gobierno frente a otros gobiernos o a los ciudadanos frente al poder del estado. Sería muy interesante que los archivistas, con el nombre de administradores de documentos y archivos, nos hiciéramos conocer por esta actividad y por las que veremos a continuación.

Mediante Internet somos capaces de brindar digestos de legislación por temas, por ejemplo legislación laboral, de comercio, de impuestos, de transporte, de ecología y contaminación, de deportes, de derechos de la mujer etc.

Se aceptan más sugerencias, porque todo marcha mejor cuando los documentos rectores de la convivencia humana se hallan al alcance de los ciudadanos, actualizados, y hay propuestas para perfeccionarlos.

6. Los archivistas, administradores de documentos testimoniales

Los archivistas observamos que una población dotada de todos los documentos, incluso los de la propiedad del terreno, no es favela, es un barrio, y sus habitantes son ciudadanos con todos sus derechos.

Una favela fue al principio un conjunto de gente a la que les faltaba todo tipo de documentos: identidad personal, trazado de las calles, planos del cableado eléctrico, distribución de agua y de las casas.

Tampoco había instituciones que llenaran el vacío de identificación como escuelas y centros de salud.

Actualmente, las favelas más antiguas ya albergan escuelas y cada vez más servicios – incluso templos y sedes policiales... Son “menos favelas” ahora.

¿Cómo podemos actuar? En un primer momento del barrio marginal todavía en formación, los archivistas podemos entusiasmar a sus habitantes a que elaboren listados de familias, a modo de censos, para poder gestionar beneficios civiles en base a datos de matrimonios/parejas, hijos registrados con edad, estudios cursados y salud. Instamos, simultáneamente, a la Prefectura o la Municipalidad a que prepare diagramas (planos todavía no son posibles) de las calles a partir de los cuales se pueda pensar planificar redes de agua y cables provisionarias... Convoquemos también a médicos y odontólogos que se acerquen a estudiar la salud, registrando a los pacientes en sus fichas. Por último pedimos al registro de personas que pase a otorgar documentos de identidad a todos los que carezcan de él.

Unos documentos abren la puerta a otros servicios y cada servicio es un paso hacia los derechos civiles y la integración de las personas a una vida mejor. Nuestra propuesta coloca la Política al servicio de la sociedad, tanto de los desposeídos de las favelas como de los ciudadanos que viven cerca o alrededor de ellas. El recurso empleado para esta tarea fue la producción de documentos principalmente testimoniales y ésta es una tarea típicamente archivística.

7. Los archivistas, administradores de documentos técnicos

No se pueden construir obras de ingeniería sin documentos de archivo. Los archivistas despertamos la conciencia pública exigiendo la producción de tales documentos.

Si logramos que sean diseñados, luego será mucho más sencillo que se entusiasme la población para que sean construidos.

El nordeste de Brasil está pasando momentos de sequía muy severa. Seguramente hay soluciones tecnológicas posibles para obtener agua dulce. Allí vamos los archivistas a reunirnos con ingenieros e inventores para que produzcan diseños previos, estudios y cálculos, es decir, documentos de archivo. Este es nuestro punto de lucha. La política de producción de documentos para servir a la comunidad. Algo similar cabe decir del problema eléctrico que ha sufrido Brasil por la falta de un tendido de redes de alta tensión desde las grandes represas hasta los centros urbanos.

8. Los archivistas, administradores de documentos electrónicos

Los documentos electrónicos, nacidos en una tramitación, son documentos de archivo iguales a los que se hallan en soporte papel, por lo tanto dependen de la Política Archivística general en asuntos tales como autenticidad, difusión y secreto, conservación, selección documental etc., pero en este subtítulo quiero mostrar una perspectiva de su utilidad social.

¿Para qué sirve, en una Política Archivística, la informatización de las instituciones? Parecen evidentes las ventajas que recibe la administración, pero ¿y los clientes o usuarios de los servicios de la institución?

Cuentan que los primeros automóviles, allá por 1908, eran carruajes de caballos (con lugar para el cochero, látigo y faroles a los costados) a los que se les adaptaba un motor y un volante. Requirió tiempo imaginar una carrocería específica.

Algo así está sucediendo aún con la tramitación por computadora. Todavía se oye: redacte una solicitud, lléneme este formulario, tráigame una copia, venga personalmente... Es el coche de caballos (documentos en papel) con un motor pegado.

La informatización debe servir para ahorrar dificultades al usuario, no únicamente a la institución. Este es el nuevo capítulo de la Política Archivística relacionada con los documentos electrónicos.

¿Por qué “redacte una solicitud”? La pantalla de la computadora debe presentar un modelo ya redactado, con espacios en blanco para que los llene el funcionario, con los datos que le aporte el solicitante. ¿Por qué “venga personalmente”? Ya existen el e-mail, la Internet, el teléfono etc. Únicamente en casos en que la autenticidad sea esencial. Muchos son los trámites que se pueden cumplir mediante transmisión a distancia. ¿Por qué “traiga una copia”? La institución debe tener fotocopidora o scanner para duplicar documentos. A su vez, los formularios que no sean muy elementales y fáciles de responder serán presentados por pantalla y llenados por un funcionario en base a las respuestas del cliente.

Hay otro tipo de problemas que una Política Archivística no puede tolerar. Son las fallas de los aparatos o los errores no imputables a los usuarios. Para quien va a tramitar, nada peor que le anuncien: “Se ha caído el sistema y no sabemos cuándo volverá”. Para qué sirve la informatización... Para dar soluciones a los problemas. Los archivistas debemos presidir la campaña en defensa del tiempo y de la atención inmediata del cliente, del paciente en un hospital o del ciudadano que viene a buscar un servicio. Si un sistema computarizado no garantiza la respuesta, coloquen otro u otros aparatos auxiliares, y si la informática no es segura, sustitúyase durante las emergencias con documentos en papel o inventando cualquier método que auxilie al inocente tramitador.

9. El archivista, administrador de la mundialización informativa

Hay una ventaja derivada de la informática y de las redes de comunicación planetaria que beneficia directamente a los archivistas y, a través de la producción documental, a las instituciones y al público en general. Es la homologación de los sistemas de tramitación en áreas cada vez más amplias de la geografía planetaria.

Entendamos en toda su amplitud lo que esto significa: la tramitación archivística depende de lo que genéricamente llamamos el sistema administrativo o estilo burocrático del ámbito donde son producidos los documentos. Cada país, cada estado/provincia y cada municipio

poseen sistemas administrativos que eran muy diferentes entre sí y que ahora están encaminados a una homologación. Pensemos por ejemplo en sistemas o estilos de Brasil, comparados con Colombia, Costa Rica, Bolivia y El Salvador.

En la vida práctica esto significa que un profesional archivista, al terminar sus estudios, llevaba un núcleo central de teoría común a todos los países. Sin embargo, para trabajar en un país que no fuera el suyo, debía interiorizarse en un sistema administrativo muy diverso. Mucho más si estaba más alejado de su ámbito cultural, por ejemplo, Alemania, Japón, Corea etc.

El día de hoy, la informática permite a los archivistas impulsar y encauzar técnicamente esta tendencia que proviene de la existencia de mecanismos y programas electrónicos.

El sistema administrativo o el estilo burocrático está constituido por distintos niveles. Veámoslos.

El modo de dividir las funciones del Poder Ejecutivo y en general de distintas instituciones. Este modo de dividir y clasificar las atribuciones tiene un reflejo muy visible – pero no es el único – en los ministerios o secretarías de Estado: El Ministerio de Educación a veces incluye el área Cultura, en otras no; el Ministerio de Juventud va junto con Deportes o no etc. Hay funciones que cuatro o cinco décadas atrás no formaban parte del Gobierno, como la Ecología, la Mujer y el Turismo; otras, como la Meteorología y la Cultura, eran servicios de última categoría. Actualmente, en virtud de la comunicaciones, de los lenguajes y características de las computadoras, se van pareciendo entre sí las clasificaciones de las funciones del Poder Ejecutivo. ¿Qué país no tiene ahora Ministerio de Ecología y de Turismo?

Los tipos y especies documentales de cada categoría de ministerios y funciones, por ejemplo los documentos de los Ministerios de Comercio o de Trabajo o Salud etc., casi “naturalmente” buscan normalizar su diagramación y estilo según programas de software que se consiguen en el mercado.

¿Qué pasaría si las Asociaciones Archivísticas de los países del Mercosur y de Iberoamérica preparáramos programas informáticos para actividades tales como las bancarias o económicas en general; ecología y contaminación; escuelas y salud; policía y contrabando; servicios de embajadas y consulados y así sucesivamente? Imaginemos que luego los países de la Comunidad Europea unifican los suyos; China adhiere... Se constituirían grandes bloques internacionales homologados que, a fines del siglo XXI, podrían universalizar las clasificaciones de las funciones y los tipos y especies documentales.

No pretendemos – ni es posible – la uniformidad u homologación total. Si el estilo administrativo globalmente es análogo, el archivero de cualquier nación iberoamericana puede pasar a trabajar en otra nación. De modo simétrico, el que trabajó en un estado o municipio de Brasil sabrá desempeñarse en Argentina, Venezuela o Bolivia.

La descripción y clasificación de los documentos de archivo. Una vez normalizada la clasificación de las funciones y la concepción y diagramación de los tipos y especies documentales, el método de nombrar los documentos, ubicarlos en clases, describirlos, solicitarlos y seleccionarlos será un paso lógico. Es interesante esto de solicitar documentos e información de una manera unívoca de un país a otro. Facilita, por ejemplo, las estadísticas comparativas; la circulación de datos directamente sin necesidad de aplicar equivalencias terminológicas que causan confusión e inexactitud.

Si algún día los sistemas de descripción normalizada alcanzan a los Archivos Históricos, la investigación retrospectiva sobre cualquier momento histórico o asunto – comercio, red vial, educación, salud, comidas y folclore – será sencilla y mucho más confiable que ahora.

Los planes de estudio y el intercambio de puestos de trabajo homologados a lo largo del Mercosur/Iberoamérica han sido hasta ahora un objetivo lejano e impracticable. Habiendo planteado una homologación de la tramitación y descripción y poniendo en práctica el supuesto de

que los archiveros somos los conductores de la Política Archivística de nuestros países, esa meta se vuelve alcanzable. Necesitamos claridad de ideas – saber qué pretendemos – y decisión de trabajar al unísono en todo lo que sea homologación de sistemas sin supresión de particularidades muy específicas.

10. Los archiveros, administradores de la información archivística

Los archiveros formularemos una verdadera Política de Circulación de Información que tienda a elevar la participación de los ciudadanos en la República.

Los archiveros no administramos “la información”. Nuestro campo es la información contenida en los documentos que están bajo nuestra jurisdicción. Antiguamente documento e información eran una sola realidad inseparable. Desde que la reproducción de documentos y los métodos de copiado se adueñaron del mercado y un poco después vino la difusión de los contenidos de los documentos electrónicamente, en formatos diversos (textuales, hablados o mediante imágenes), la información corre separada de los documentos (Heredia Herrera, 1991; Lodolini, 1993; Romero Tallafigo, 1994; Inojosa, 1992; Gutiérrez Muñoz, 1994).

A los archiveros corresponde administrar la difusión o restricción de la información tomada de los textos y datos de los documentos de archivo. Las Asociaciones Archivísticas, en cuanto organismos no estatales, gozan de gran autonomía para estudiar, junto con los centros de estudios archivísticos, los aspectos técnicos de la difusión/secreto y las necesidades de la sociedad a quien los archiveros tratan personalmente día a día.

La teoría general sobre difusión y sigilo es bastante conocida, pero esto no basta. Es menester plantear un estudio multidisciplinario con juristas, informáticos y sociólogos para formular una Política y luego aplicarla a los detalles. Formulemos los objetivos y la Política para esta área archivística.

Política de circulación de la información contenida en los documentos de archivo. He aquí mi propuesta.

La circulación de la información debe servir a:

- La difusión de los documentos dispositivos entre todos los destinatarios que a veces son todos los ciudadanos y en otros casos ciertos sectores de la población: universidades, sindicatos, hospitales etc.
- El conocimiento de los derechos y obligaciones de cada miembro o sector de la sociedad.
- La transparencia de los actos de todos los niveles de funcionarios del Estado, cuando están desempeñando su actividad específica. Incluye docentes, médicos, policías y, en general, los niveles bajos y medios de la burocracia.
- La transparencia de las actividades de los miembros de instituciones no estatales, con fines de lucro – industriales, comerciales y de servicio – o sin fines de lucro – partidos políticos, sindicatos, confesiones religiosas, ONGs (Organizaciones no Gubernamentales), deportivas etc. –, cuando cumplan un servicio de su organización relacionado con la comunidad.
- El respeto a la privacidad del que gozan todos los ciudadanos en lo que se relaciona con datos personales o sucesos de su interés individual o familiar (no con sus responsabilidades y competencias públicas).
- La necesidad de sigilo y secreto para ciertas gestiones que son imposibles sin ellos, como los concursos de precios o las investigaciones policiales.
- La Política Archivística no acepta una “necesidad o razón de Estado” que no sea un requisito técnico (no político) para obtener el fin propuesto. Tampoco se aceptan documentos o información perpetuamente secretos, salvo la privacidad debida a la vida individual o familiar. Los demás secretos son temporales y su plazo se extenderá el menor tiempo posible, tanto cuanto la tramitación lo exija.

Aclaremos, para entender su amplitud, lo siguiente: Cuando hablamos de *transparencia democrática*, el objetivo que perseguimos es la participación cada día mayor de los ciudadanos en la conducción política de la sociedad, a nivel nacional, estadual/provincial, municipal y hasta barrial.

Resumo: No es suficiente que sean dictadas normas de difusión o sigilo – que son necesarias. Pedimos más: la formulación de una política de circulación de la información contenida en los documentos de archivo. Luego, siguiendo esta política, la promulgación de todo un sistema orgánico de difusión de datos y de restricción a la consulta de los documentos de archivo.

11. Los archivistas, administradores de la tramitación

Dado que los archivistas somos los responsables del ciclo vital de los documentos desde la planificación hasta la selección documental y la conservación de los documentos permanentes, somos también responsables de la tramitación.

Para programar la tramitación, unos años atrás se incluía a los técnicos de Organización y Métodos, que no sé si todavía existen. Ahora debemos tomar un puesto central en la planificación de la tramitación y pedir que participemos en la confección de leyes o manuales de procedimiento. No estoy afirmando que seamos los únicos. La tramitación es tan importante y compleja que debe ser enfocada interdisciplinariamente: archivistas, administradores de empresas, juristas, sociólogos y quizás psicólogos.

Nuestra presencia en ese ámbito de estudio debería ubicarnos como convocantes y coordinadores del equipo. Somos quienes proponemos las líneas de una *Política de la tramitación*.

Factores que constituyen esta política son cuatro: definición de tramitación; el significado de los requisitos burocráticos; la agilidad; el perfil de los gestores o tramitantes.

Una definición: tramitar es reunir y acumular los antecedentes *necesarios* para poder emitir una resolución que concluya el trámite.

La clave es la palabra *necesarios*. Necesario es el antecedente que aporta datos sin los cuales la resolución no puede darse o ser acertada. Cuántas veces los trámites exigen información que a nada conduce y que prolonga innecesariamente los plazos, por seguir una tradición que se originó en un contexto administrativo del siglo XIX.

Los *requisitos*, que no son caprichos o tradiciones, persiguen estos objetivos:

- Seguridad (¿garantía?) de la identidad y habilitación de los tramitadores para realizar esta gestión.
- Dictamen de expertos en cada uno de los aspectos que presenta la gestión. Por eso, pasa por distintas oficinas o exige informes técnicos.
- Constancia de veracidad: en la tramitación administrativa – no así en la judicial – pocas veces se exigen pruebas. Como hace notar DURANTI (1996), la burocracia ha creado convenciones tales como la declaración jurada o de testigos, los sellos y firmas, las copias legalizadas. A estas convenciones les atribuye capacidad para certificar la veracidad. En un contexto de nuevas tecnologías hay que reconsiderar estas convenciones.

Los requisitos son el talón de Aquiles. Si no parten de objetivos definidos o si se hace pesar la tradición, encontramos requisitos que indignan justamente a los usuarios. Pongo dos ejemplos de mi experiencia: para acogerme a mi retiro del trabajo, en el año 1999 presenté un certificado de tres años de servicio en la empresa que me había empleado hasta 1974. Me lo rechazaron porque había sido emitido en un formulario anterior al de la Ley de 1985. La empresa ya no existía, así que debía yo buscar dos testigos para llenar el formulario de 1985. El lector advierte el error de pretender la veracidad – que yo presentaba en un papel auténtico – mediante testigos que yo podía elegir entre mis amigos, que podían afirmar que yo había trabajado

diez años... Otro ejemplo: Había quedado yo debiendo tres dólares. En la Dirección Impositiva emiten cuatro documentos por computadora, dos para el capital y dos para los intereses. Me dije a mí mismo: "Voy al Banco y pago". Me indican "Solicite en ventanilla cuatro formularios en blanco, transcriba con su letra los datos de la computadora, firme y, con ese manuscrito, pague". En español esto se puede llamar *burrocracia*...

Los archivistas estamos involucrados en la tramitación. Debemos clamar y reclamar participar en las oficinas donde se planifica. Mientras tanto las asociaciones archivísticas, invocando que somos expertos en tramitación, sacaremos a la luz pública los atropellos a la técnica administrativa y al sentido común.

La agilidad o rapidez de la gestión. Así como se dice que la justicia que llega tarde no es justicia, el trámite resuelto más allá de cierto plazo no sirve. La agilidad y el cumplimiento de los requisitos tienden a contraponerse: rápido puede parecer inseguro, y seguro, significar lento. Los archivistas y el equipo interdisciplinario armonizarán los extremos pensando en un contexto tecnológico del momento.

El perfil del solicitante. Las instituciones estatales – más que las comerciales – planifican los trámites sin haber hablado del perfil del solicitante o destinatario. Nos conviene oír a un sociólogo. Solicitante puede ser:

- una gran empresa que tiene asesoría legal y contable;
- un varón sano, culto, con dinero y con empleados que le efectúan la tramitación;
- un o una trabajador/a dueño de un pequeño comercio que pierde dinero cada vez que lo cierra para tramitar;
- un o una empleado/a a quien descuentan el salario de un día si está ausente más de dos horas;
- un analfabeto;

- un discapacitado (ciego, paralítico, débil mental);
- una madre a cargo de hijos pequeños que vive a kilómetros de la oficina;
- alguien que cuenta con monedas para ir una sola vez al centro de la ciudad...

La Política de tramitación de los archiveros cuenta con esta realidad y evalúa con los informáticos y el equipo cómo será la tramitación en el siglo XXI. Que no sea un carruaje del siglo XIX con motor, sino una gestión pensada a partir de los recursos informáticos e informativos.

Los procedimientos en el Poder Judicial constituyen un capítulo aparte porque están imperados en un Código de Procedimientos que es una columna del derecho penal.

Todo esto es verdad, pero este Código no ha bajado del cielo. Ha sido hecho por hombres dentro de presupuestos, técnicas administrativas y venerables tradiciones del Derecho Romano y del Código de Napoleón. Los archiveros, con todo respeto, pero con decisión haremos explícito que queremos un equipo de peritos como el que propusimos para la tramitación administrativa que estudien los factores que están cambiando el planteo de los procedimientos e investiguen cómo hacer jugar a favor de los ciudadanos estos factores.

La importancia que ostentan los procedimientos radica en la búsqueda de la verdad de los antecedentes, como medio de llegar a una sentencia acertada. La verdad en sí es inalcanzable. Se ofrecen al juez datos e información obtenidos mediante *procedimientos* que la experiencia o la lógica indican que conducen a la veracidad o detectan contradicciones o falsedades.

Entre diferentes procedimientos posibles, hay que permitir únicamente los que no violen los derechos constitucionales de los individuos, como pueden ser la tortura y el engaño. Tomando estos extremos

como base, algún país tiene que evaluar cómo aprovechar las posibilidades cada día mayores que nos ofrecen los recursos tecnológicos: videos, Internet, comunicaciones satelitales etc.

Los procedimientos judiciales no deben ser pensados sólo por juristas. Hay varias profesiones que tienen aportes para ofrecer y los archiveros somos los primeros.

12. Conclusión

Aunque los archiveros que dirigen sistemas de archivos han de estar presentes en esta reflexión, y también los centros de estudio, son las Asociaciones las que tienen que ponerse al lado de los usuarios y de los ciudadanos para promover las reuniones y elevar propuestas. Los archivos generales, además de brindar sus puntos de vista, se encargarán de gestionar la promulgación de leyes y normas. La consigna será que no se redacte ninguna ley, manual o código de procedimientos que no forme parte de una Política Archivística propuesta y aprobada por los archiveros.

Referências bibliográficas

- COUTURE, Carol, ROUSSEAU, Jean Yves. Política de tratamiento de documentos. *Los archivos en el siglo XX*. México: Archivo General del a Nación / Universidad de Montreal, 1988. p. 12-25.
- DURANTI, Luciana. La burocracia adopta dos métodos para comparar el documento con el hecho. In: *Diplomática: usos nuevos para una antigua ciencia*. Trad. Manuel Vázquez. Carmona: S&C Ediciones, 1996. p. 55-58. (Biblioteca Archivística, 5).
- FRANCO, Celina do Amaral Peixoto Moreira. Los archivos públicos y el Archivo Nacional del Brasil: propuestas para definir una política nacional. In: *De archivos y archiveros: homenaje a Aurelio Tanodi*. Washington: OEA, 1987. p. 52-59.
- GUTIÉRREZ MUÑOZ, César, comp. *Accesibilidad a los documentos archivísticos: opiniones y lineamientos*. Lima: Instituto Panamericano de Geografía e Historia (IPGH)/ Comité de Archivos, 1994.
- GUTIÉRREZ MUÑOZ, César. Propuestas archivísticas para América Latina. In: *De archivos y archiveros: homenaje a Aurelio Tanodi*. Washington: OEA, 1987. p. 72-84.

HEREDIA HERRERA, Antonia. Derecho y restricciones a la comunicación documental. In: *Archivística General: teoría y práctica*. 5. ed. Sevilla: Diputación Provincial, 1991. p. 492-494.

INOJOSA, Rose Marie. A informação no setor público: sigilo e transparência. Comunicação apresentada ao IX Congresso Brasileiro de Arquivologia, Santa Maria (RS), 18-23 de outubro de 1992. 18 pp.

LODOLINI, Elio. La consultabilidad de los documentos. In: *Archivística: principios y problemas*. Trad. Mercedes Costa Paretas. Madrid: ANABAD, 1993. p. 245-256.

ROMERO TALLAFIGO, Manuel. Las necesarias fronteras del acceso democrático a los archivos. In: *Archivística y archivos: soportes, edificios y organización*. Carmona: S&C Ediciones, 1994. p. 356-359. (Biblioteca Archivística, 1).

VÁZQUEZ, Manuel. Política archivística. In: *Introducción a la Archivología: guía de estudio*. Bogotá: Archivo General de la Nación, 1997. p. 87-92.

Resumo: Ante os novos desafios que se colocam para os profissionais da área arquivística neste início de século, é importante refletir sobre o papel das associações de classe e sobre o alcance social de seu trabalho.

Abstract: As archival profession faces new challenges at the beginning of the twenty-first century, it is important to think about the role of archival associations and the social dimension of their work.

Sobre o autor: Nascido em Tucumán (Argentina), é licenciado em Teologia pela Universidade de Salamanca (Espanha). Lecionou Seleção Documental (de 1972 a 1997) e Introdução à Arquivologia (de 1987 a 1997) na Universidade de Córdoba (Argentina). É autor de textos clássicos na área.

Sobre o texto: Trabalho especialmente elaborado para a revista, concluído em Córdoba (Argentina), em 21 de setembro de 2001.

Palavras-chave: associações de arquivistas; arquivistas; papel social do arquivista.

Key words: archival associations; archivists; social role of archival work.

UM INÉDITO DE NAVARRO DE ANDRADE

Augusto Jerônimo Martini

Em carta datada de 21 de junho de 1927, enviada a Plínio Barreto¹, diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*, Edmundo Navarro de Andrade² rebateu com ferocidade as críticas que lhe foram feitas por Otoniel Mota em artigo intitulado "Nossa Flora", publicado na véspera .

Desde o início de seu trabalho à frente do Serviço Florestal da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, Navarro de Andrade vinha sofrendo críticas dos que, intitulando-se nacionalistas, manifestavam indignação ante a plantação de árvores exóticas (eucaliptos) em grandes extensões de terra, substituindo espécies nativas. Atribuía-se ao eucalipto, entre outros malefícios, a capacidade de secar as águas superficiais na região onde fosse plantado.

Com o propósito de divulgar os argumentos levantados por Navarro de Andrade em matéria que, apesar de encaminhada ao jornal, nunca foi publicada, apresentamos sua transcrição integral, precedida da do artigo que motivou tão pronta resposta. A idéia é contribuir não apenas para o estudo das idéias desse cientista, cuja trajetória individual está tão ligada à história de Rio Claro, como também para a compreensão das políticas ambientalistas do passado.

O original do artigo-resposta de Navarro de Andrade, bem como o do bilhete a Plínio Barreto que o acompanha, pertence a colecionador particular, que nos facultou a cópia xerográfica ora disponível a todos os interessados no Arquivo do Município de Rio Claro.

Documento 1*Nossa Flora*

A necessidade de revestir o solo está-se fazendo sentir imperiosamente. A calamidade que ameaça nosso Estado grita tão alto, que não há indiferença, a dormir surda como um lagarto, que não acorde por fim do seu torpor.

Mas, como todo estremunhado, ella não sabe, no seu sobresalto, como orientar-se seguramente.

Só um caminho se lhe afigura bom, acertado, pratico: rumo ao eucalypto!

Não maldigamos o eucalypto: pelo contrario, bemdigamol-o de mãos postas, porque de facto é elle a salvação mais prompta, se os poderes publicos não vierem pôr obices ao seu plantio, em vez de o favorecerem em larga escala. E graças a Deus o interesse por essa planta já se acha, creio, tão generalizado em nosso meio, que o que se pede aos poderes publicos não é o favor de abrirem portas á iniciativa particular, mas a simples misericordia de não se fecharem impatrioticamente, numa deploravel acção que nos trará consequencias desastradas.

No entanto, parece-me, a visão unilateral do eucalypto é um erro, é um perigo, é uma salvação "parcial" do nosso problema, com sacrificio de coisas sagradas que o nosso patriotismo, o nosso pundonor nacional deve conservar como em um nicho, se queremos ser verdadeiramente respeitados pelo estrangeiro e pela nossa propria posteridade.

Imaginemos por um momento sequer todo este nosso solo nababesco, com seu scenario riquissimo de arvores magnificas, quer ostentando, como o jequitibá, a esplendorosa pujança de sua copa altaneira, quer ostentando, como o ipê, não só o tronco robusto, a folhagem bella, mas ainda o deslumbramento de suas flores; imaginemos tudo isso transformado, de uma hora para outra, na monotonia perenne de uma floresta de eucalyptos! Haverá uma alma brasileira, uma alma paulista que se conforme tranquillamente com semelhante idéa? Se ha, peço licença para ter della uma infinita compaixão.

Seria acordarmos de um sonho "apocalypticico" para uma insipidez "eucalyptica..."

"In medio virtus". O Eucalypto, por sua precocidade, por sua adaptação a qualquer terreno, é, certo, uma bençãam singular, que devemos agradecer ao Ceu de todo o coração.

Seguramente será elle o que irá transformar em riqueza todas essas zonas maninhas e desoladas, em que só o heroico cambará reponta de um solo pauperrimo, num prodigio de esforço, como que a se retorcer na agonia. Será elle o que transformará essas terras desnudas em bombas que mandem para as alturas as chuvas, que vem mingando anno após anno.

Plantemos, sim, plantemos eucalypto; o que, porém, reclamo é que não se plante só elle.

Elle não poderá nunca substituir nossas madeiras resistentes, como a cabiuna, o guarantan, a orindeuva. Não poderá jamais substituir o cedro e outras madeiras no fabrico de mobílias. É, pois, uma bençãam "parcial".

A Companhia Paulista possui milhões de pés de eucalypto; no emtanto, quando precisou agora de postes valentes para o seu trabalho de electrificação, lá foi pedir auxilio ao nosso "guarantan velho de guerra", que a Noroeste – a zona agora immolada – lhe poude fornecer.

Mas – dizem – a cabiuna, o guarantan, etc., levam quarenta ou cincoenta annos para se formarem completamente. Um individuo, que precisa viver, não pode esperar esse tempo.

Ha nesta objecção uma grande somma de verdade. Mas eu respondo á objecção do seguinte modo. – Em primeiro lugar, esse individuo, se é de espirito bem formado, deve lembrar-se de que o homem não vive só para sí, e que elle precisa de fazer alguma coisa pelos seus, que lhe hão de succeder. Plante, para elles "alguma coisa" dessas arvores abençoadas, sem rivaes, que Deus nos concedeu.

Mas, se a objecção tem fundamento quando encaramos os individuos, perde toda a força quando encaramos as instituições de character permanente, como os governos e as estradas de ferro.

O deixarem estas acabarem-se madeiras de lei, de que ellas necessitam, sem as replantar para o futuro, é coisa que não me é dado comprehender.

Que vêm a ser quarenta annos para uma instituição permanente?

Mas acresce que algumas dessas madeiras são de crescimento precoce relativamente. O cedro não só é precoce, mas pega de galho. Grandes vantagens. Os pyxidios – que elle produz em quantidade – são um combustível oleoso de primeira ordem. A arvore, em vez de exsiccir a terra, como faz o eucalypto, a refresca e fecunda.

A orindeuva ou arneira preta – reputada mais resistente que o guarantan – tambem é precoce e tambem pega de galho.

Pois deixaremos todas essas nossas riquezas tradicionaes, insubstituiveis, ir desaparecendo pela obsessão do eucalypto tão sómente? Não e não. É preciso um meio termo neste assumpto, ditanos o bom senso e o coração.

Othoniel Motta

[Artigo publicado em *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 jun. 1927.]

Documento 2

Meu querido Plinio, ahi vae mais um páu para a fogueira em que me querem assar. Pode ser que me transformem em torresmo, ou pó de traques, o que é peor; mas hei-de espernear até á ultima.

RC, 21-6-27

Teu firme
Edmundo

Documento 3

Nossa flora

Raros vão sendo os brasileiros que resistem á mania de fingir erudição e que-se limitam a abordar assumptos que perfeitamente conhecem. Essa triste mania, que, geralmente, é inoffensiva nos palradores, não deixa de apresentar inconvenientes quando attinge

pessoas que escrevem e, mórmente, com a intenção ou pretensão de prestar esclarecimentos e informações a seus leitores, por pouco numerosos que sejam. Quem nesse intuito se dirige ao publico deve ter, além de um perfeito conhecimento dos assumptos de que trata, a delicadeza de não querer impingir gato por lebre. Estas reflexões faço-as eu a proposito do artigo “Nossa flora”, publicado hontem, no “Estado”, pelo sr. Othoniel Motta. Entendeu s.s. que, na sua qualidade de mestre de primeiras letras, não lhe ficava bem deixar de dissertar acerca de eucalyptos, agora que a sua cultura em S. Paulo está tomando grande desenvolvimento. A mais elementar prudencia, ou o mais simples bom senso, aconselhava o sr. Motta, já que teimava em escrever sobre o assumpto, a buscar informações seguras, a procurar dados exactos em qualquer das innumeradas plantações da preciosa myrtacea que se extendem pelo nosso Estado, ou em algum dos oito hortos florestaes que a Companhia Paulista montou para sua cultura e estudo, tanto mais que s.s. se apresenta com a intenção de orientar com segurança a nossa indifferença, ainda meio estremunhada. Achou, porê, o sr. Motta que seus leitores não lhe mereciam esta singela prova de deferencia e preferiu gastar prata de casa. O resultado foi deploravel, porque veio o seu patriotico artigo cheio de inverdades e inexactidões. Assim, por exemplo diz s.s. que a Paulista, apesar dos seus milhões de eucalyptos, quando precisou de postes valentes para a electrificação de suas linhas, lá foi pedir auxilio ao nosso guarantan velho de guerra. Parece incrivel que o sr. Motta, jornalista e litterato, ignora o que a este respeito escreveu espirituosamente Monteiro Lobato em artigo publicado em varios jornaes do Rio e de S. Paulo, artigo esse que foi vertido para o allemão e que faz parte do seu livro “Onda Verde”.

A Companhia Paulista empregou na sua linha de Jundiahy a Campinas mais de quinhentos postes de eucalyptos, de 10 a 16 annos de idade apenas, obtidos nos seus hortos e mais não empregou não só pela pouca idade das suas mais velhas plantações, então, mas tambem porque quiz aproveitar o ensejo para experimentar para tal fim diversas essencias florestaes, de modo a ter um criterio seguro na escolha de postes para os seus futuros trabalhos de electrificação. Se o sr. Motta tivesse procurado informações antes de escrever, saberia a

figura que fizeram os eucalyptos de 15 annos deante dos garantans velhos de guerra de 150, ou mais, conforme vem descripto no artigo de Monteiro Lobato, nos relatorios da Companhia Paulista, no magistral trabalho do Dr. F. de Monlevade sobre a electrificação de Jundiahy a Campinas e, finalmente, num pobre artigo que escrevi para o numero do "Estado" commemorativo do centenario. Fontes de informações não faltavam. Se tivesse procurado orientar-se antes de querer orientar os outros, saberia tambem que, quando foram precisos postes enormes para a linha de alta tensão, foi necessario recorrer aos eucalyptos de 10 annos de Rio Claro, porque os garantans velhos de guerra da Noroeste, apesar de seculares, não tinham as dimensões sufficientes.

Depois de um trocadilho desastrado, critica o sr. Motta a monotonia perenne das florestas de eucalyptos, sem se lembrar de que é a verde monotonia dos cafezaes paulistas que faz a riqueza do nosso paiz e de que o que ha-de salvar muita gente ha-de ser o verde monotono dos nossos capinzaes.

Mas nem mesmo mudando de essencia florestal é s.s. mais feliz. A proposito do cedro, por exemplo, cita como uma das suas grandes vantagens "pegar de galho", por ignorar, certamente, os graves inconvenientes em silvicultura desse modo de reproducção, além de repetir a tolice popular de confundir "galho" com "estaca". Diz tambem o sr. Motta que o cedro, ao contrario do eucalypto, reforça a terra. Como? Pela sombra? Mas elle, coitado, só dá sombra na epoca das aguas, quando a frescura pode ser até prejudicial, e durante a estação da secca fica completamente desfolhado.

Quem escreve para o grande publico tem, pelo menos, o dever de ser claro, de procurar fazer-se comprehender, fugindo de termos que obriguem os leitores a abrir dictionarios. Ora, ainda acerca do cedro, o sr. Motta fala nos seus pixidios, como combustivel oleoso de primeira ordem, deixando, por certo, muita gente sem saber de que parte da arvore se tratava. Pareceu a s.s. que fruto seria uma coisa chã, corriqueira, incapaz de dar uma idéa justa dos seus conhecimentos. Infelizmente, porém, o pixidio veio fóra de proposito, porque o cedro nada tem que vêr com essa classe de frutos, sendo os seus modestissimas capsulas. O sr. Motta ouviu dizer que o fruto do jequitibá

era um pixidio e não quis admittir que o cedro lhe ficasse a dever esse favor.

Sou capaz de jurar que s.s. nunca viu moveis de eucalyptos pelo simples facto de dizer que a arvore australiana será incapaz de substituir o cedro no fabrico de mobílias. Se o sr. Motta nos dêsse o prazer de visitar o horto de Rio Claro mudaria de opinião e teria oportunidade de vêr em eucalypto tudo que de madeira se pode fazer neste mundo. Além disso, ficaria satisfeito o seu patriotismo porque aqui encontraria em cultura oitenta e cinco das nossas melhores madeiras, ao lado de milhões de exemplares de eucalyptos, representantes de 118 espécies do preciosissimo genero vegetal. E aos nossos amaveis leitores pouparíamos muito trabalho e o ensejo de reconhecer a nossa ignorancia, coisa que é sempre desagradavel.

Infelizmente, sempre que se faz qualquer ataque á arvore australiana, entende grande parte do publico que eu, seu modesto plantador, fico na obrigação de descer á arena e de largar a enxada para empunhar a "muleta e o estoque". Além de um modo de vêr completamente errado, tem isso varios inconvenientes, entre os quaes não deve deixar de ser citado como dos maiores o que me faz abandonar o unico mister para o qual a natureza me concedeu algum jeito: o de ir plantando arvores que outros procuram derrubar a machado ou com prosa chôcha e enfadonha.

Ed. Navarro de Andrade

Notas

1 - Plínio Barreto nasceu em Campinas (SP), em 1882. Ainda estudante da Faculdade de Direito de São Paulo, colaborou em numerosos periódicos. Fez parte da redação d'O Estado de S. Paulo de 1900 a 1927, ano em que passou a ocupar o cargo de diretor do jornal.

2 - Edmundo Navarro de Andrade nasceu a 2 de janeiro de 1881, na cidade de São Paulo, vindo a falecer em 1941. Estudou na Escola Nacional de Agricultura de Coimbra (Portugal), onde se diplomou em 1903. De regresso ao Brasil, foi encarregado pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro de organizar o seu primeiro horto florestal, em Jundiá. Em fevereiro de 1909 foi nomeado chefe do Serviço Florestal da empresa. Desempenhou vários cargos públicos na área agrícola, deixando publicados inúmeros títulos sobre o cultivo do eucalypto.

Resumo: Transcrição de documento de 1927 em que Edmundo Navarro de Andrade responde a artigo de Otoniel Mota e defende o cultivo de eucaliptos.

Abstract: Transcription of a text written by Edmundo Navarro de Andrade in 1927, with an answer to Otoniel Mota's critics and a defence of eucalyptus culture.

Sobre o autor: Responsável pela coordenação do Arquivo Intermediário do Arquivo do Município de Rio Claro, desenvolve atualmente atividades junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (Ensino à Distância, Escola Fazendária) e conclui mestrado no Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Sobre o texto: Trabalho especialmente elaborado para a revista.

Palavras-chave: Andrade, Edmundo Navarro de; Mota, Otoniel; eucaliptos, cultivo de; Serviço Florestal; Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Key words: Andrade, Edmundo Navarro de; Mota, Otoniel; eucalyptus culture; Forest Service; The Paulista Railway Company.

AGENDA RIO-CLARENSE: UM PROJETO QUE DEU CERTO

A *Agenda Rio-Clarense*, criada em 1986 pela Prof^a Dr^a Ana Maria de Almeida Camargo (diretora do Arquivo de 1980 a 1990), consolidou-se como veículo de divulgação de pesquisas e estudos que ultrapassam de muito as fronteiras do município, alcançando projeção nacional e internacional. Voltada às efemérides locais, ao longo dos anos abriu seu foco para diversos temas relevantes, contribuindo para o desenvolvimento dos sentimentos de identidade e cidadania em Rio Claro.

AS AGENDAS E SEUS TEMAS

- 1987** – Poesia rio-clarense
- 1988** – Rio Claro vista por viajantes e cronistas diversos (1860-1940)
- 1989** – Rio Claro hoje: aspectos de sua fisionomia urbana e rural
- 1990** – Um jeito de ver: Rio Claro na opinião de seus habitantes
- 1991** – Rio Claro nos antigos anúncios de jornais
- 1992** – Aspectos de nossa cidade na década de seu 1º centenário
- 1993** – Aspectos atuais de nossa cidade
- 1994** – O Jardim Público
- 1995** – A Companhia Paulista de Estrada de Ferro
- 1996** – Rio Claro, ontem e hoje
- 1997** – Lazer e turismo
- 1998** – Vida e obra de artistas de Rio Claro
- 1999** – Rio Claro: retrospectiva em final de milênio
- 2000** – A cidade e a utopia para o século XXI
- 2001** – Memória da indústria e do comércio
- 2002** – História dos bairros
- 2003** – Das sesmarias às fazendas: memória rural de Rio Claro

ARQUIVO, EDIÇÃO COMEMORATIVA DO ANIVERSÁRIO DE RIO CLARO

Com a denominação *Arquivo*, trata-se de publicação anual comemorativa do aniversário de Rio Claro, concebida para compensar as perdas provocadas pela interrupção do boletim *Arquivo Rio Claro*. Já em sua terceira edição, é o veículo de que a entidade dispõe para a divulgação das políticas arquivísticas, da programação anual e do resgate da história regional.

ARQUIVO E SEU CONTEÚDO

2000 – Apresentando o Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, por Augusto J. Martini; Espaço de cidadania, por Maria Therezinha Duckur Mamprim; O que é uma hemeroteca?, por Beatriz Moreira Negreiros; Arte e história, por Lucila Maciel; São João do Rio Claro, por Liliana Bueno dos Reis Garcia; A indústria em Rio Claro: dois momentos ao longo do século XX, por Sílvia Selingardi Sampaio; Arquivos privados: memória viva, por Maria Antonia Gardenal Molon.

2001 – Conheça um pouco dos documentos produzidos pelo município, por Ana Maria Penha Mena Pagnocca; Editorial, por Maria Therezinha Duckur Mamprim; Rio-clarenses de outrora, por Rosângela Doin de Almeida e Maria Arlete Zülzke Höfling; Um jornal rio-clarense chamado *O Alpha*, por Lucila de Oliveira Maciel; Trabalho de conservação preventiva do *O Alpha*, por Dulce F. Barata e Lucila de O. Maciel; Edmundo Navarro de Andrade, “ilustre desconhecido”, por Osmar Antonio de Campos Ribeiro; Rio Claro de outrora, por Rosângela Doin de Almeida e Maria Arlete Zülzke Höfling.

2002 – Arquivo vivo, por Jaime Leitão; A divulgação do acervo documental, por João Martins Rodrigues Neto; Preservação e modernização do arquivo, por Maria Therezinha Duckur Mamprim; Fapesp e Arquivo Público: fragmento de uma história, por Lucila Maciel; As epidemias no rastro das linhas férreas, por Fábio Alexandre dos Santos; Fazenda de Santa Gertrudes, por Maria Sílvia C. Beozzo Bassanezi; Saneamento básico de 1845 a 2002, por Sergio Croffi; Ulysses Guimarães: legislador democrata, por Angela Inês Liberatti.

Contribuem para a publicação integrantes do Conselho Superior, funcionários, pesquisadores e cidadãos rio-clarenses, sensíveis à im-

portância da preservação da memória de nossa gente. Como seu lançamento acontece no dia 24 de junho, aniversário da cidade, os poderes públicos constituídos estão sempre presentes através de mensagens do Legislativo (Presidente da Câmara) e do Executivo (Prefeito Municipal).

CONSERVAÇÃO PREVENTIVA

Nos últimos anos, a importância da conservação preventiva vem sendo considerada seriamente no Brasil. Sempre em busca de atualização, o Arquivo adotou uma série de medidas para implementar práticas adequadas ao tratamento do acervo, definidas por sua natureza e objetivos, tais como: criação do Departamento de Higienização e organização de oficinas, ministradas pela técnica especializada Norma Cianflone Cassares, sobre higienização e pequenos reparos, para treinamento e orientação de funcionários.

A conscientização e o preparo técnico dos funcionários permitem que os procedimentos relacionados à conservação do acervo sejam constantes, planejados e sistemáticos, garantindo, assim, a preservação do patrimônio documental do município.

EXPOSIÇÃO

O Arquivo promoveu, no dia 20 de dezembro de 2002, a abertura da exposição individual *A Arte como Expressão da Fé*, do padre e artista plástico André Andrade Brandão.

As 26 telas, criadas de 1986 a 2002, refletem as diferentes fases da produção artística de André. Inicialmente inspiradas na natureza, suas obras vão assumindo inspiração religiosa, através da representação de passagens bíblicas marcantes. Chama a atenção a grande influência que o artista sacro, Cláudio Pasto, exerce atualmente sobre o expositor. A arte bizantina, referência de ambos, está presente nas telas de forma bastante criativa.

FAPESP E ARQUIVO

Rio Claro é uma das poucas cidades do Brasil que foi contemplada com a instalação de um Arquivo Público (1981). Nosso Arquivo, por sua organização e moderna estrutura de pesquisa, é considerado exemplarmente atualizado.

Com um prédio de 750 m², além de um salão em construção anexa de 170 m², o Arquivo encontrava-se, no ano de 2000, à beira dos limites máximos de ocupação. Mobilizados por essa dificuldade, Conselho, Direção e funcionários empenharam-se na elaboração de um projeto para obter recursos junto à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) no âmbito da linha de financiamento *Infra-estrutura de Pesquisa – Fase V: Centros Depositários de Informações e Arquivos*.

A aprovação de parte desse projeto permitiu a aquisição de estantes deslizantes, possibilitando o reaproveitamento de 60% do espaço físico de sua sede e o redimensionamento funcional do Arquivo. Atualmente, seguindo instruções da moderna arquivística, o consulente não permanece mais em contato direto com o acervo, dispondo de ambientes adequados para suas pesquisas.

UM ESPAÇO PARA LANÇAMENTOS DE LIVROS

Em conformidade com a proposta de manter suas portas abertas, fortalecendo os vínculos de convivência com todos os segmentos da comunidade rio-clarense, o Arquivo tornou-se um dos espaços eleitos pela administração e pela comunidade para o lançamento de livros. Com temática diversificada, somente em 2002 tivemos cinco lançamentos, a seguir comentados.

A paz também é a gente que faz

O livro, organizado por Cláudia Ribeiro e Maria Teresa de A. Campos, faz parte da Coleção Adolescências e Participação Social. Trata-se de

ampla discussão acerca da violência, enfocando as bases do projeto de mesmo nome.

A obra aborda a escola como forma, ainda que inadequada, de participação na sociedade, resultante de um enorme desejo de inclusão social. Apresenta também relatos de experiências dos encontros municipais de adolescentes (EMA), realizados em inúmeras cidades do país, incluindo Rio Claro, bem como uma série de depoimentos de adolescentes que, pela sua força, consolidam a proposta do projeto e do livro.

As conclusões do estudo apontam para a necessidade da implementação de políticas públicas que viabilizem a integração social, visando o estabelecimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

O princípio da cooperação: em busca de uma nova racionalidade

Maurício Abdalla, professor de filosofia da Universidade do Espírito Santo, manifesta no livro sua aguçada percepção de que a sociedade contemporânea representa enorme desafio para o pensamento filosófico. Nesse sentido, faz uma reflexão, baseada em fatos, sobre as características dessa problemática, enfatizando as duas principais crises que desestruturam a humanidade nesse início de século: a crise da natureza e a crise das relações humanas de produção e sociabilidade.

A crise da natureza é relacionada à irracionalidade presente na prática de exploração dos recursos naturais. A crise das relações humanas de produção e sociabilidade é atribuída à predominância das relações de troca competitivas entre os homens, cuja finalidade é o favorecimento de interesses de apenas uma das partes envolvidas no processo.

O autor conclui que a alternativa viável a ser praticada deveria fundamentar-se no princípio da cooperação, ou seja, na construção de um projeto que, rechaçando a troca competitiva, deveria buscar o fortale-

cimento de uma economia cooperativada, cuja meta final seria não apenas a resolução de problemas pontuais, como a exclusão social e o desemprego, por exemplo, mas a superação do atual sistema e a implantação de uma nova ética que privilegiasse a coletividade e não o individualismo: um sistema ético de convivência que teria, inclusive, o poder para solucionar a crise da natureza.

Tá rindo de quê? um mergulho nos Salões de Humor de Piracicaba

O livro de Camilo Riani é um testemunho de como a linguagem e a vida são inseparáveis. Camilo demonstra que a linguagem, sob suas múltiplas faces, revela-nos que a busca da expressividade pelo homem é orientada por sua necessidade de comunicar-se, de compartilhar o visto, o ouvido, o vivido, enfim, de contar histórias.

Se considerarmos que a arte gráfica, com ampla utilização da imagem, está vinculada ao desenvolvimento de todas as sociedades ao longo da história; se compreendermos que o desempenho humano em tarefas estéticas, como aquelas necessárias às artes plásticas, tem comprovado que a informação visual fundamenta solidamente os processos de comunicação; teremos a dimensão da importância dessa obra.

A proposta do livro - resgatar a memória dos Salões de Humor de Piracicaba -, além de ter gerado um documento histórico de grande valor, alicerçado por pesquisa séria e profunda por parte do autor, permite o contato com o maravilhoso universo do humor e do lúdico. O universo de *uma gente que ri quando deve chorar* e segue em frente, expressando sua fé na vida e nos homens com muito bom humor, é presença constante na obra.

Jornais centenários de São Paulo

Resultado de alentada pesquisa histórica, o livro organizado pelos professores Adolpho Queiroz e Dennis de Oliveira marca significati-

vamente a literatura documental voltada ao resgate da memória do jornalismo no Estado de São Paulo.

Os jornalistas envolvidos na elaboração do livro registraram o cenário em que se fortaleceu a imprensa paulista e sua importância na vida comunitária, tanto nas pequenas cidades do interior quanto em centros urbanos mais desenvolvidos. Apresentam uma reflexão madura sobre o papel do jornalismo local no desenvolvimento dos canais de expressão das comunidades, ao longo do século, em contraposição à febre da informação globalizada que, ultimamente, vem desestimulando manifestações da opinião pública.

O resgate da memória dos jornais centenários paulistas e, sobretudo, de *O Diário do Rio Claro* dá aos leitores a possibilidade de lançar um olhar sobre fatos e personagens da nossa história que, de forma marcante, projetaram-se nos cenários estadual e nacional.

Estética da violência: jornalismo e produção de sentidos

O livro de Belarmino César Guimarães da Costa aborda questões relacionadas ao processo de produção e difusão de informações pela mídia e sua estreita vinculação à estrutura da indústria cultural.

A análise da influência inegável dos meios de comunicação, cada vez mais presentes no mundo contemporâneo, revela aspectos perversos da mídia, principalmente se considerarmos o seu papel de intérprete da realidade e sua relação com os leitores.

O autor, inspirado no pensamento de filósofos, como Theodor Adorno, analisa as incongruências entre o fluxo de informações disponibilizadas pelos meios de comunicação, particularmente a produção jornalística, e a ausência de esclarecimentos. No decorrer dessa reflexão, o livro enfoca a construção da notícia como uma das interfaces da indústria cultural, avaliando como essa relação influi negativamente na formação dos indivíduos e, conseqüentemente, na sociedade.

PROJETO O ALPHA

Os seminários e oficinas realizados no Arquivo sobre conservação preventiva culminaram na elaboração de um projeto de restauração do jornal *O Alpha*, semanário rio-clarense que circulou de 1901 a 1925.

O projeto, elaborado e assinado pela Presidente do Conselho Superior do Arquivo e por sua Superintendente, foi aprovado pela Universidade de Harvard, através do Programa para Bibliotecas e Arquivos Latino-americanos, e viabilizará a microfilmagem do jornal *O Alpha*.

A coleção de *O Alpha* foi priorizada não só por ser a mais antiga e completa de nossa hemeroteca, mas também por apresentar o maior índice de consultas. Dos jornais do século XIX e início do XX pouco sobrou como registro da vida social, econômica, política e cultural de Rio Claro, e foi justamente nesse período que a cidade começou a projetar-se no cenário nacional, com a expansão cafeeira, o progresso da ferrovia, a vinda dos imigrantes, o que confere importância documental ímpar ao semanário.

O projeto, coordenado pela Prof^a Lucila de Oliveira Maciel, terá monitoria técnico-científica do Diretor do Programa, o ph.D. Dan Hanzen, da Harvard University, igualmente responsável pelos aspectos programáticos da subvenção.

PROJETO "NOVOS OLHARES"

Em plena sintonia com o pensamento da Prof.^a Heloísa Liberalli Bellotto, que defende a exploração da instituição arquivística em todas as suas potencialidades de ação, garantidas suas funções específicas e os benefícios à comunidade, o Arquivo concebeu o projeto "Novos Olhares", que em 2002 apresentou sua *V Mostra*.

Trata-se de uma exposição de arte cuja única exigência é a estrita observância à temática proposta: *nossa cidade e nossa gente*. Nesse

contexto, é importante ressaltar que João Portinari, filho do genial artista plástico Cândido Portinari, em sua fala no *I Congresso Internacional de Microfilmagem e Informatização*, em Belo Horizonte, 2001, foi enfático ao afirmar: *não há cidadania sem memória, e não há memória sem arte*.

A Mostra acabou criando um panorama da cidade que sensibiliza os rio-clarenses. Paisagens rurais e arquitetônicas, cenas do cotidiano, fachadas de residências, feiras, mercados e igrejas se transformaram em rico material iconográfico para identificação cultural da cidade.

A participação no projeto, realizado em parceria com o Núcleo de Artistas Rio-clarenses (N'arte), é facultada a toda a região e ao restante do Estado. A mostra acontece sempre no mês de junho, em comemoração ao aniversário da cidade.

Em sua *V Mostra*, o Projeto Novos Olhares contou com 62 trabalhos, sendo 49 quadros e 13 esculturas. Foram conferidas 4 menções honrosas, além das premiações nas categorias medalha de ouro (Sebastião Luiz Miotto), medalha de prata (Sueli Thomazini) e medalha de bronze (Ronaldo Ciribelli).

ATENDIMENTO AO PÚBLICO

O movimento de consultas, do ano de 2002, apresentou os seguintes números:

Arquivo Intermediário e Arquivo Histórico
consultas feitas pela administração municipal: 4382
consultas feitas por particulares: 130
Biblioteca: 435
Hemeroteca: 1359
Coleções especiais: 886

ANEXO

MATÉRIA ARQUIVÍSTICA NO BOLETIM (1982-1993)

- 1 (jan. 1982)
Arquivos, bibliotecas e museus: fronteiras definidas, por Heloísa Liberalli Bellotto
- 2 (jul. 1982)
Arquivos municipais, por Daíse Aparecida Oliveira
- 3 (jan. 1983)
O trato documental, por José Pedro Esposel
- 4 (jul. 1983)
Para organizar a memória e as gestões municipais, por Heloísa Liberalli Bellotto
- 5 (jan. 1984)
A organização de um arquivo central, por Rose Marie Inojosa
- 6 (jul. 1984)
Identificação de fundos, por Heloísa Liberalli Bellotto
- 7-8 (1985)
Arquivo intermediário: competência e funcionamento, por Daíse Aparecida Oliveira.
Abuso de los conceptos – activo, semi activo, inactivo, por Manuel Vázquez
- 9 (jan. 1986)
Arquivos permanentes: a ordenação interna dos fundos, por Heloísa Liberalli Bellotto
- 10 (jul. 1986)
O arquivamento intermediário e sua aplicação no Brasil, por José Pedro Esposel
Avaliação de documentos de arquivos: principais critérios, por Helena Corrêa Machado
- 11 (jan. 1987)
La selección de documentos: una noticia gráfica del siglo XVII, por Vicenta Cortés Alonso
Descrição: processo e instrumentos, por Heloísa Liberalli Bellotto
- 12 (jul. 1987)
Descrição: processos e instrumentos (2), por Heloísa Liberalli Bellotto
A construção de índices em arquivos históricos, por Isabel Maria Ribeiro Ferin Cunha

13 (jan. 1988)

Linhas de acervo em arquivos municipais, por Galba Ribeiro Di Mambro
Fontes para a história dos municípios no período imperial, por Viviane Tessitore

14 (jul. 1988)

Política de descrição documental, por Heloísa Liberalli Bellotto
Anos suficientes, por Raquel Glezer

15 (jan. 1989)

Integración de las tres edades: corriente, intermedia y permanente, por Vicenta Cortés Alonso

A contribuição dos arquivos à pesquisa e o estímulo à produção intelectual, por Rolf Nagel

16 (1989)

Arquivo e comunidade, por Helena Corrêa Machado
Coleta de dados para elaboração de planos de destinação e tabelas de temporalidade, por Ana Maria Penha Mena Pagnocca

17 (jan. 1990)

Tipologia documental em arquivos: novas abordagens, por Heloísa Liberalli Bellotto

La base de datos LLOP del Archivo Municipal Administrativo de Barcelona, por Imma Puig Aleu

18 (jul. 1990)

Formação profissional e ensino arquivístico, por Heloísa Liberalli Bellotto

19-23 (1993)

Algo se mueve en el Perú, por César Gutierrez Muñoz
Política arquivística, por Manuel Vázquez (tradução e notas de Heloísa Liberalli Bellotto)

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A revista *Arquivo Rio Claro* está aberta à divulgação de trabalhos inéditos sobre temas arquivísticos, históricos e historiográficos, na forma de artigos, resenhas, entrevistas e transcrições de fontes comentadas. Todas as matérias encaminhadas para publicação serão submetidas ao Conselho Editorial e a pareceristas conceituados.

Os textos em língua estrangeira poderão ser traduzidos para o português, a critério dos editores.

Os trabalhos deverão ser acompanhados de uma lista de até seis palavras-chave, em português e inglês, que identifiquem os principais assuntos tratados; de um resumo informativo, com 10 (dez) linhas no máximo, onde fiquem claros os propósitos, métodos empregados e principais conclusões, com versão em inglês (inclusive do título); e de informações sobre o autor (funções que exerce, áreas de interesse, publicações etc.), além de endereço, telefone e *e-mail*.

Uma vez publicados os trabalhos, os direitos autorais correspondentes passarão a pertencer à revista *Arquivo Rio Claro*.

Aos editores será permitido introduzir alterações na redação dos textos, visando manter a homogeneidade e a qualidade da revista, desde que respeitados o estilo e as opiniões dos autores.

Quanto à apresentação, os trabalhos deverão ser digitados em *Word for Windows*, letra *Times New Roman* 12, espaço duplo, página de formato A4, e gravados em disquete, com cópia impressa em papel. Os artigos não poderão ultrapassar 30 (trinta) laudas, sendo 8 (oito) o número máximo para as resenhas. Os editores aceitarão textos enviados por correio eletrônico.

Gráficos, tabelas e/ou ilustrações serão encaminhados em arquivos e folhas à parte, devidamente numerados, com títulos e legendas. O texto indicará os locais em que tais figuras serão intercaladas.

As notas de rodapé deverão ser sucintas e colocadas no final do trabalho. As referências bibliográficas figurarão no corpo do texto (e nunca nas notas de rodapé), mediante indicação do sobrenome do autor, seguido da data de publicação da obra e do número da página. As referências bibliográficas completas constituirão uma lista única no final do texto, em ordem alfabética, segundo as normas da ABNT.

Toda a correspondência referente à revista *Arquivo Rio Claro* será enviada para o endereço da instituição.

Tiragem
1000 exemplares
Impressão



Cruzeiro Editora e Artes Gráficas
Av. 17, 658 - RIO CLARO - SP
FONE (19) 3534-3097
E-mail: cruzedit@terra.com.br



ISSN 0102-9452

